

RECORTES DE IMPRENSA

JUNHO 2020



Sexta edição do Prémio APAV para a Investigação 2020 com candidaturas abertas

Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2020. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove em 2020 a sexta edição do prémio, com o apoio da Fundação Montepio, refere uma informação à comunicação social.

O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Condições gerais do Prémio APAV para a Investigação 2020:

- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

[Formulário de Candidatura \[Link\]](#)

Consulte aqui o [Regulamento \[PDF\]](#)

Prazo limite para envio de candidaturas: 31 de Julho.

Candidaturas ao Prémio APAV para a Investigação 2020 estão abertas



Regional | 03 Jun. 2020 | Imprimir

Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2020. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove em 2020 a sexta edição do prémio, com o apoio da Fundação Montepio.

O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Condições gerais do Prémio APAV para a Investigação 2020:

- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

O prazo limite para envio de candidaturas termina a 31 de julho.



CIG

COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO

Presidência do Conselho de Ministros

CIG participa no webinar “Covid-19, Género e Violência Doméstica: quando estar em casa é uma ameaça”

2020/06/01



O Movimento Morar em Lisboa realiza o webinar “Covid-19, Género e Violência Doméstica: quando estar em casa é uma ameaça”, no próximo dia 4 de Junho, às 18 horas.

A CIG vai estar representada por Marta Silva, Chefe de Equipa do Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género (N-VDVG), a par de Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); Manuel Lisboa, do Observatório Nacional de Violência e Género (ONVG); Patrícia Pedrosa, das Mulheres na Arquitectura (MA) e Poliana Monteiro, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Este debate que terá a moderação de Andreia Friaças, jornalista do Público, pretende discutir o agravar da violência doméstica e de género, dos abusos físicos e psicológicos, causado por esta “epidemia escondida”. Para muito/as estar em casa é a ameaça e não um resguardo. O isolamento social é fundamental para se combater o coronavírus. Mas como fazê-lo quando se vive com um/a agressor/a?

O debate será transmitido no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=9j1mpRbl2pE&feature=youtu.be> e na página Facebook: <https://www.facebook.com/moraremlisboa.cartaaberta/>

"Prémio APAV para a Investigação 2020" | Candidaturas Abertas!

03 JUNHO 2020

NACIONAIS

2020 | prémio APAV
para a investigação

apoio



Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2020! A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove em 2020 a sexta edição do prémio, com o apoio da Fundação Montepio.

O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Condições gerais do Prémio APAV para a Investigação 2020:

- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

Formulário de Candidatura [\[Link\]](#)

Consulte aqui o Regulamento [\[PDF\]](#)

Prazo limite para envio de candidaturas: 31 de julho.

Informações e candidaturas: apav.pt/premioinvestigacao

APAV

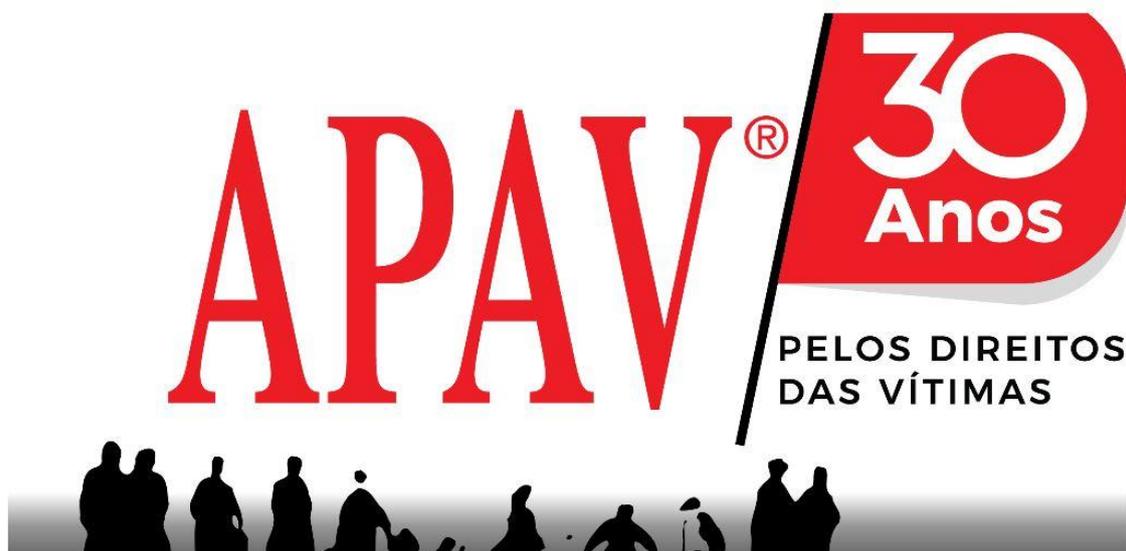
2020 | prémio APAV
para a investigação

apoio



APAV abre candidaturas para o Prémio Investigação 2020

03/06/2020 às 12:12



Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2020. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove este ano a sexta edição do prémio que se destina a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV.

O Prémio APAV para a Investigação é atribuído anualmente a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.

A Associação aceita candidaturas de trabalhos desenvolvidos em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, entre outras.

PORTUGAL

Donativo reforça apoio a vítimas de violência doméstica

Quantia doada permitiu equipar centro de acolhimento direcionado a pessoas que "necessitam de proteção imediata e de um espaço seguro"

BY JULIANA BATISTÁ 4 DE JUNHO, 2020

0
PARTILHAS

f Partilhar

🐦 Tweet

...



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu um donativo no valor de quatro mil euros. A verba doada foi reencaminhada para o 'Centro Temporário de Acolhimento de Emergência', permitindo assim "capacitar as instalações do centro, através da aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e produtos de higiene e limpeza", indicam os responsáveis pela associação nacional, em comunicado.

"Através deste donativo foi possível reforçar o apoio a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, apresentando um novo recurso para o apoio em situações que necessitam de proteção imediata e de um espaço seguro para reiniciar um novo projeto de vida", destacam os responsáveis pela APAV, em comunicado.

O donativo partiu da Fundación Professor Uría, através do seu Fundo de Emergência para a atual pandemia. Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima estes donativos tornam-se "especialmente importantes" para a própria organização, e "para a população vulnerável que apoia", sobretudo num "momento extraordinário" como o atual, devido à pandemia provocada pela Covid-19.



Notícias Nacionais

Prazo para entrega de candidaturas ao prémio APAV para o jornalismo prolongado até final de junho

Por MARTA SOUSA - 05/06/2020

0

O prazo de candidaturas ao Prémio APAV para o Jornalismo 2020 foi prolongado até ao dia 30 deste mês. Poderão concorrer trabalhos jornalísticos desenvolvidos nas categorias de imprensa, rádio, televisão, jornalismo digital e ilustração/cartoon.

As candidaturas deverão ser submetidas através de formulário online, disponível no site da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O Prémio, no valor de 1.500 euros, é atribuído, anualmente, à melhor peça jornalística que, no ano anterior, tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

O painel de jurados é constituído por Álvaro Laborinho Lúcio, Associado-Fundador e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APAV; Sofia Branco, Presidente do Sindicato dos Jornalistas e André Sendin, Presidente da Escola Superior de Comunicação Social. A data de entrega do Prémio será divulgada futuramente.

Violência: “A quarentena foi uma lua de mel para o agressor”

Segunda-feira, 8 Junho 2020

CARLA BERNARDINO

A crise económica pode empurrar ainda mais as mulheres para uma prisão relativamente à violência doméstica. APAV faz o retrato desta realidade em tempo de quarentena



Com o **terceiro período de desconfinamento em marcha e com as pessoas a regressar paulatinamente ao trabalho**, ainda é demasiado cedo para começar a fazer todas as contas relativas à violência doméstica em tempo de quarentena. Ao **Delas.pt**, o **psicólogo e responsável da Associação Portuguesa De Apoio à Vítima (APAV)**, Daniel Cotrim, revela que **o número de pedidos recebidos em maio último “é superior aos meses anteriores, mas está abaixo do comparado em igual período do ano passado”**.

E se, durante o **isolamento social**, as autoridades e associações revelaram que **números de denúncias tinham baixado**, justificando-se tal com o facto de vítima e agressor estarem obrigados a viver sob o mesmo teto, agora **é tempo de perceber o que está a justificar esta ainda quebra nos dados**. “Pode ser já um prenúncio da crise económica a afetar as mulheres”, antecipa Daniel Cotrim. Por isso, o especialista volta a falar de um período de **“alegada tranquilidade” que tem de ser olhado com particular atenção**.

Com o **terceiro período de desconfinamento em marcha e com as pessoas a regressar paulatinamente ao trabalho**, ainda é demasiado cedo para começar a fazer todas as contas relativas à violência doméstica em tempo de quarentena. Ao **Delas.pt**, o **psicólogo e responsável da Associação Portuguesa De Apoio à Vítima (APAV)**, Daniel Cotrim, revela que **o número de pedidos recebidos em maio último “é superior aos meses anteriores, mas está abaixo do comparado em igual período do ano passado”**.

E se, durante o **isolamento social**, as autoridades e associações revelaram que **números de denúncias tinham baixado**, justificando-se tal com o facto de vítima e agressor estarem obrigados a viver sob o mesmo teto, agora **é tempo de perceber o que está a justificar esta ainda quebra nos dados**. “Pode ser já um prenúncio da crise económica a afetar as mulheres”, antecipa Daniel Cotrim. Por isso, o especialista volta a falar de um período de **“alegada tranquilidade” que tem de ser olhado com particular atenção**.

Governo estuda efeitos da pandemia na violência doméstica e desigualdades de género

“Sabemos que as crises prejudicam os mais valoráveis e as crises económicas prejudicam muito as mulheres. Na última (2011-2013), as denúncias por violência doméstica tinham diminuído, **o medo das pessoas em sair de casa pelas questões económicas era muito grande. E esse período vai-se viver outra vez**. Por isso é que importante a prevenção, redes articuladas e integradas, com diferentes olhares e multidisciplinares”, antecipa o especialista.

Uber apoia APAV no trabalho de apoio às vítimas de violência doméstica

08 JUNHO 2020

A Uber é agora parceira da APAV e, durante o mês de junho, oferece viagens gratuitas a todos/as aqueles/as que, de alguma forma, participam de Norte a Sul do país, no trabalho diário de apoio às vítimas de crime.

"Neste contexto de pandemia em que a Covid-19 trouxe consigo diversos desafios à escala global, a APAV agradece esta iniciativa da Uber que permite dar continuidade, com maior conforto e segurança, ao apoio prestado junto de vítimas em situação especial de vulnerabilidade, entre as quais se destacam as vítimas de violência doméstica", afirma João Lázaro, presidente da APAV.

A violência doméstica é uma realidade com a qual nos deparamos e à qual devemos estar atentos todos os dias. Porém, mereceu especial atenção por parte da sociedade durante o longo período de isolamento social e de crise económica resultante da pandemia de Covid-19, uma vez que muitas vítimas estiveram na presença constante dos/as seus/suas agressores/as.

Impulsionada pelo alerta das Nações Unidas sobre um aumento da violência doméstica em tempos de crise de coronavírus, quando os cidadãos de todo o mundo foram forçados a ficar em casa para conter a propagação do vírus, a Uber decidiu trabalhar globalmente com organizações de violência doméstica. Por meio de colaborações com associações, a empresa está a oferecer viagens gratuitas para abrigos e espaços seguros. O projeto faz parte da grande iniciativa #MovingWhatMatters do Uber, que doará 10 milhões de viagens e entregas de comida a quem precisa durante a crise do coronavírus, incluindo mulheres vítimas de violência doméstica.

APAV

Junho 9, 2020

Prémio APAV para a Investigação 2020 | Inscrições abertas

Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2020



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove em 2020 a sexta edição do Prémio APAV para a Investigação, com o apoio da Fundação Montepio.

O Prémio APAV para a Investigação, instituído pela APAV com o apoio da Fundação Montepio, destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas e problemas relacionados com a missão da Associação: "apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima".

O prazo limite para envio de candidaturas é a 31 de julho.

Condições gerais:

- ❖ O Prémio APAV para a Investigação será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
- ❖ O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.
- ❖ O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia ou Pedagogia.

Consulte o Regulamento e aceda ao Formulário de Candidatura [aqui](#).



Associação ACEGIS

PELA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, PARITÁRIA E INCLUSIVA

Prémio APAV Investigação 2020

As candidaturas decorrem até 31 de julho de 2020.

[Candidaturas](#)



Prémio APAV para a Investigação 2020

O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: "Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima".

O prazo limite para envio de candidaturas é a 31 de julho.

Condições gerais:

- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa;
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal;
- O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia ou Pedagogia.

[Regulamento do Prémio](#)

[Formulário de Candidatura](#)

[Mais informações, aqui.](#)

M

Vozes silenciadas. Violência doméstica durante a pandemia

Nem sempre o ditado inglês No news is good news se pode aplicar à realidade. É o caso da violência doméstica que continua a acontecer dentro de quatro paredes e que pode agravar-se à luz daquilo a que chamamos, numa situação sem precedentes, de "desconfinamento". É que para as mulheres, os jovens, as crianças e os idosos vítimas de maus-tratos sair à rua tanto pode significar liberdade como fatalidade.

Por Rita Silva Avelar, 09.06.2020

No dia 6 de abril de 2020, o Secretário-Geral das Nações Unidas, **António Guterres**, usou a sua conta no **Twitter** para lançar ao mundo uma importante mensagem. Escrevia nessa rede social: "A paz não é apenas a ausência de uma guerra. Muitas **mulheres**, em isolamento devido à **Covid-19**, enfrentam violência onde deveriam estar a salvo: dentro das suas **casas**. Apelo aos Governos que garantam a segurança destas mulheres na resposta à pandemia."



The image shows a screenshot of a tweet from António Guterres, the Secretary-General of the United Nations. The tweet is in English and discusses the issue of domestic violence against women during the COVID-19 pandemic. It includes a video player with a play button and a caption that reads "Women's rights and freedoms are essential to strong, resilient societies." The tweet has 9,700 likes and 5,800 retweets.

António Guterres 
@antonioguterres 

Peace is not just the absence of war. Many women under lockdown for #COVID19 face violence where they should be safest: in their own homes.

Today I appeal for peace in homes around the world.

I urge all governments to put women's safety first as they respond to the pandemic.


Women's rights and freedoms are essential to strong, resilient societies.
1:56 365 mil visualizações

2:30 AM · 6 de abr de 2020 

 9,7 mil  5,8 mil pessoas estão tweetando sobre isso

A verdade contida nestas **palavras** é paralisante de tão aterradora. A par de um novo **coronavírus** que já contagiou milhões e matou milhares, vivem-se momentos perigosamente silenciosos para as vítimas de **violência doméstica** em todo o mundo, que, apesar na sua grande maioria serem mulheres, também atingem os homens, os jovens, as crianças e os idosos. Segundo dados oficiais da **Organização Mundial de Saúde**, uma em três mulheres no mundo (ou seja, 35%) já foi vítima de violência física e/ou sexual do parceiro íntimo ou de violência sexual com não parceiros durante a sua vida. E por violência doméstica entenda-se maus-tratos físicos (como pontapear, esbofetear, atirar coisas, murros, agressões com objetos e armas) e por maus-tratos psíquicos entenda-se maus-tratos emocionais, verbais e psicológicos, isolamento social, intimidação ou controlo económico.

O aumento desta realidade nos tempos difíceis que atravessamos é um dos efeitos colaterais do **confinamento social** a que muitos países foram submetidos durante os mais recentes meses. "Havia todos os motivos para acreditar que as restrições impostas para impedir a **propagação do vírus** teriam esse efeito. A violência doméstica aumenta sempre que as famílias passam mais tempo juntas, como as férias de Natal e de verão", explicou **Marianne Hester**, socióloga da Universidade de Bristol e **especialista** em relações abusivas, ao jornal [The New York Times](#) num artigo publicado no mesmo dia em que **Guterres apelou ao mundo**. No caso nova-iorquino notou-se uma alarmante descida das chamadas a pedir ajuda às autoridades americanas, como refere esse jornal em [Why a Drop in Domestic Violence Reports Might Not Be a Good Sign](#) num artigo que analisa essa tendência. Há, de facto, países em (quase) total **radio silence**, como também é o caso de Itália, onde, embora o número de chamadas tenha diminuído, se denotou um aumento de mensagens e de e-mails com pedidos de ajuda. Se bem que o inverso do fenómeno também sucede, como aconteceu na província chinesa de Hubei (local de origem do surto do novo coronavírus), onde os **pedidos de ajuda** aumentaram de 47, no ano passado, para 162 durante o período de isolamento em fevereiro deste ano.

Os perigos do silêncio (e a importância de o escutar)

Portugal inclui-se nos países que mergulharam num **progressivo silêncio**. Este silêncio pode ter um significado mais obscuro do que poderemos pensar. "Estamos a viver uma tranquilidade aparente. Acreditamos que continue a existir violência doméstica e que se está a manifestar de outras maneiras. As denúncias às **Forças de Segurança** diminuíram, de acordo com os últimos dados da PSP e da GNR, cerca de 39% quando comparadas com o mesmo período homólogo do ano passado", esclarece **Daniel Cotrim**, psicólogo e assessor técnico da Direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ([APAV](#)), responsável pela área da Violência de Género e da Violência Doméstica dentro daquela organização (e ainda pela rede nacional de Casas Abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência). As três linhas de apoio a vítimas de violência doméstica receberam 308 pedidos desde 19 de março até ao início de maio.

No caso da APAV, entre o mês de fevereiro e o final do mês de março, a Associação notou uma queda de **20% nos novos** pedidos de ajuda. Os pedidos de informação, por sua vez, aumentaram. Há um alarme social generalizado que foi acionado por todos. Também os homicídios diminuíram: ocorreram sete crimes de homicídio desde o início do ano (seis mulheres, um homem), de acordo com dados da **Polícia Judiciária**. Em 2019, só no primeiro trimestre ocorreram 14. "Continuamos a contactar com as pessoas que já tínhamos referenciadas como vítimas. Daquilo que nós sabemos que se passa cá e que se está a passar um pouco por todo o mundo, é que os **pedidos de informação** aumentaram, sobretudo, por parte de vizinhos, amigos, colegas de trabalho... Pessoas que querem saber como podem ajudar, o que devem dizer, ao que devem estar atentos. Em Portugal, desde meados de março que temos tentado chamar mais a atenção dos **vizinhos** e das **comunidades** para poderem servir de ajuda às próprias vítimas. Evitem, portanto, contar até 10 e agir", alerta.

Manuela, de 37 anos, não contou até 10, mas hesitou, como tantas pessoas, em denunciar um caso vizinho. No momento que conversamos, telefonicamente, está a cumprir o **isolamento** em casa, há 45 dias. "Como estou sempre fora de casa, em trabalho, é raríssimo estar em casa um dia inteiro, até mesmo aos fins de semana, que passo, quase todos, no Algarve. E em dias normais chego quase sempre depois da hora de jantar... Janto, adormeço de cansaço a ler ou a ver televisão", afirma-nos ao justificar a sua **reação de surpresa** quando, nos primeiros dias da **quarentena voluntária**, começou por **ouvir gritos** que se foram acentuando no apartamento ao lado do seu. "As paredes pareciam ser de papel, quase estremeciam", conta sobre a agressividade com que eram proferidas as ofensas, sobretudo num tom de voz grave. "Ao início fiquei assustada, mas como a **discussão** durou cerca de meia hora desvalorizei, até porque discussões todos temos." Mas não era uma discussão ocasional, como tantas vezes não é. As discussões repetiram-se e agravaram-se, e Manuela decidiu reagir, alertando telefonicamente a GNR do seu perímetro habitacional.

O que acontece, então, para que as vítimas não consigam pedir ajuda? E o que se agravou com o confinamento? Daniel Cotrim, que tem mais de 20 anos de experiência na instituição, explica: "O **controlo** é sempre perpetrado pelos agressores, independentemente das vezes que as **vítimas** tentem pedir ajuda, em situações 'normais'. Mas em situações 'normais' as vítimas continuam a sair de casa para ir trabalhar, a usar os telemóveis e a aceder às redes sociais para conseguir pedir ajuda. O facto de se estar confinado obrigatoriamente no mesmo espaço leva a que a vítima esteja muito mais controlada por parte do agressor", reforça, lembrando que o agressor tem muita dificuldade em lidar com a frustração e, por isso mesmo, controla, tem **ciúmes** e persegue. "Neste momento, ele não tem de fazer nada disso. Está confinado no mesmo sítio que a vítima."

Uma lição para a vida: aprender a renascer

Maria, de 30 anos, revê-se nos vizinhos de Manuela, quando me narra a situação de **violência doméstica** pela qual passou, há três anos, e que **durou cerca de um ano**. "Só percebi a situação em que estava três dias antes de chamar a Polícia. A manipulação era tão grande que era eu quem me sentia culpada. Ele fazia-me pensar que era eu que provocava as situações de violência", explica, referindo-se ao **ex-namorado** e, neste caso, o **agressor**. "Ele invertia o jogo... A primeira vez que senti **medo** foi quando soube de um **homicídio** de uma mulher, de 35 anos, vítima de violência doméstica na minha terra natal. Mas esse medo paralisou-me." Maria gritava muitas vezes por socorro e acabou por ser uma amiga a ajudá-la.

"As pessoas não se querem intrometer. A pessoa responsável pelo meu condomínio disse-me, mais tarde, que já tinha ouvido pessoas a gritar por ajuda, mas que nunca se quis 'meter'. São muitas **as pessoas que desprezam esta situação.**" Maria, que na altura pediu ajuda a uma psicóloga e à Associação Presença Feminina, também recorda a importância de se educar nas escolas para esta realidade. "O que eu sofri na escola fez também com que chegasse a este ponto. Repeti para mim, muitas vezes, que as discussões aconteciam porque ele gostava de mim. Era aquilo que ouvia em criança... As coisas que nos acontecem em criança ficam para a vida, estragam a nossa essência, criam sentimentos de culpa", desabafa, evocando um **episódio de bullying** passado na escola e sobre o qual nenhum professor se manifestou. Hoje **é uma mulher diferente** e não esconde que tudo poderia ter sido evitado se a sua educação escolar tivesse sido diferente.

O fim do confinamento e os novos efeitos colaterais

Como tudo isto é inédito, o único país que podemos tomar como exemplo, até ao presente, é a **China**, onde, um mês depois de o confinamento ter terminado, **o número de queixas aumentou cerca de 90%**, um dado estatístico que diz ainda mais sobre a realidade num país que é naturalmente "silencioso" e sigiloso. Aquilo que **preocupa** Daniel Cotrim e outros membros de organizações de apoio a alvos de violência doméstica é, precisamente, o derradeiro momento em que as vítimas possam pôr o **pé fora de casa**. "Aquilo que nos preocupa é o final do confinamento, sobretudo nas situações prolongadas de violência doméstica que nós conhecemos. Como é que [o agressor] vai lidar com o facto de, agora, ter de 'deixar' a vítima ir trabalhar? Ir fazer a sua vida normal?", questiona, dando um exemplo que não deixa de ser sinistro: "Se a vítima está sentada numa reunião por **Skype** com quatro colegas, o agressor pode estar sentado num banco, atrás, num local não visível pela **câmara**."

A **APAV** e o **Governo** reagiram cedo e tomaram desde logo medidas para salvaguardar a segurança das vítimas de violência doméstica, em Portugal, através do Centro Temporário de Acolhimento de Emergência que aquela associação coordena e gere, e que parte de uma ideia de **Rosa Monteiro**, secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (**SECI**), que o financia. "Este centro, juntamente com outros centros, perfaz um total de 100 vagas para mulheres e crianças. Nós estamos a gerir um desses espaços que tem capacidade para 35 pessoas, nomeadamente mulheres, crianças e jovens até aos 18 anos. Até ao momento já passaram pelo centro 36 mulheres e já excedemos a capacidade", confessa, adiantando: "A grande maioria **não são situações comuns** de violência doméstica, mas sim de **stress ambiental** devido ao confinamento (...), [com] mulheres jovens, muitas vezes provenientes de famílias conflituosas, que sofrem uma ameaça por parte do companheiro, que saem para apresentar queixa e que depois são os próprios companheiros que não as deixam retornar a casa, deixando-as numa situação de **desamparo social**." Temendo o pior após o "desconfinamento", a Secretaria de Estado para Cidadania e Igualdade está a desenvolver, em parceria com o Ministério da Saúde, através do **INEM**, um plano de contingência de prevenção e de combate à violência doméstica em contexto da Covid-19. Ou seja, o Estado não reagiu à crise da violência doméstica: trabalhou de forma a prevenir situações. Juntou-se às organizações e aumentou o número de vagas para acolher pessoas nesta situação.

A importância de vigiar as crianças, os jovens e os idosos

É certo que o **perfil comum das vítimas** que pedem ajuda à APAV, como nos explica Daniel Cotrim, é constituído por **80% de mulheres entre os 22 e os 55 anos de idade**, na maioria das situações com filhos e muitas atualmente desempregadas, numa situação altamente precária. Mas não nos podemos esquecer das **crianças e dos idosos**. Em 2008, aquando da crise económica, este psicólogo recorda-se que também os idosos sofreram **maus-tratos**, pois muitos deles recolheram aos lares dos filhos e de familiares pela ausência de condições para estar num lar de idosos [além dos casos em que receberam os filhos em suas casas por aqueles não terem condições para se manterem]. "Neste momento está tudo em aberto.

Os idosos são mais uma **equação** que temos de colocar. Na altura de crise, o aumento da violência para com as pessoas mais velhas deu-se com o aumento das **questões financeiras**, [pelo que] não será de admirar que aconteça o mesmo, agora. Ainda por cima, porque os idosos acabam por estar mais dependentes do que estavam em 2008 ou em 2009, uma vez que estão mais isolados", acrescenta, referindo-se ao facto de os idosos serem um grupo de risco nesta pandemia. É também de recordar os casos de **abuso sexual** a crianças e jovens: os predadores sexuais estão no seu covil, por assim dizer, ainda que possam ser alvos de uma maior vigilância (positiva) da família e possam, assim, ficar contidos.

Daniel Cotrim lança um apelo crucial que se relaciona com o "**tsunami**" financeiro que já começou a agitar a Europa e o resto do mundo, atingindo primeiro os mais vulneráveis. "As primeiras grandes vítimas são as mulheres que, muitas vezes, estão em situações precárias de trabalho. Há uns anos, devido à crise económica, também houve uma diminuição dos pedidos de ajuda e denúncia. As mulheres têm sempre maior dificuldade em refazer os seus **projetos de vida** em momentos de **crise**. Teremos também de fazer, agora, esta leitura: poderá haver quem não queira sair de casa precisamente por esse motivo." É fundamental a **responsabilidade** de todos para ajudar a **controlar a "pandemia"** da violência doméstica porque esta, infelizmente, não termina com o estado de emergência permanente. Aprendamos a escutar os silêncios que poderão ser fatais e hoje mais do que nunca.

Pedir ajuda

Em coordenação com o Governo, a Fundação Vodafone Portugal criou uma linha de apoio com o número 3060, que permite o envio de **mensagens de texto rápidas** (SMS) pelas vítimas que queiram pedir ajuda. Este mecanismo é gratuito e garante a confidencialidade, uma vez que não fica qualquer registo no detalhe mensal das faturas. Do outro lado, a responder às SMS, está a equipa especializada da **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género** (CIG), de forma permanente e em articulação com toda a **Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica**, à semelhança do que já acontece com a linha telefónica (800 202 148) e com o novo e-mail de emergência (violencia.covid@cig.gov.pt).

Denunciar

Gratuitamente e através da **Linha de Apoio à Vítima** (116 006), em dias úteis das 9h às 21h. Ou através da **Linha Internet Segura** (800 219 090), em dias úteis das 9h às 21h. Pode-se ainda recorrer ao 112, linha **SOS Emergência**.

APAV coloca envelhecimento em foco em nova revista

Publicação semestral da APAV "reúne exclusivamente artigos sobre a temática do envelhecimento". Sessão de lançamento pode ser acompanhada através das plataformas digitais

BY JULIANA BATISTA 10 DE JUNHO, 2020  0



O Dia Internacional de Sensibilização sobre a Violência contra as Pessoas Idosas é celebrado na próxima segunda-feira, 15 de junho. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai assinalar esta efeméride com a apresentação da décima edição da revista 'Miscellanea APAV', uma publicação semestral da associação portuguesa, que divulga artigos científicos e de reflexão sobre assuntos relacionados com vítimas de crime.

A nova publicação trata-se uma de "edição especial", visto que "reúne exclusivamente artigos sobre a temática do envelhecimento e da violência sobre pessoas idosas", informam os serviços de comunicação da APAV. A edição número dez da 'Miscellanea APAV' foi concretizada no âmbito do projeto 'Portugal mais velho', uma parceria entre a associação portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian.

A apresentação da publicação terá início pelas 11h00, na sede da APAV, em Lisboa. A sessão será transmitida direto, através da [página da APAV](#) na rede social Instagram. As pessoas interessadas em assistir à sessão devem manifestar essa intenção através do envio de um email para o endereço eletrónico mkt@apav.pt. A lotação da sala onde a apresentação da publicação terá lugar foi reduzida, com o objetivo de evitar o risco de contágio pela Covid-19.

Uber apoia APAV no apoio às vítimas de violência doméstica

11/06/2020 às 15:30



A Uber está a oferecer viagens, durante o mês de junho, a todos os que de alguma forma participam no trabalho diário de apoio às vítimas de crime, tornando-se assim parceira da APAV durante este período.

“Neste contexto de pandemia em que a Covid-19 trouxe consigo diversos desafios à escala global, a APAV agradece esta iniciativa da Uber que permite dar continuidade, com maior conforto e segurança, ao apoio prestado junto de vítimas em situação especial de vulnerabilidade, entre as quais se destacam as vítimas de violência doméstica”, afirma João Lázaro, presidente da APAV.

Para além desta iniciativa em Portugal, a Uber está a trabalhar com associações noutros países e a oferecer viagens para abrigos e espaços seguros. O projeto faz parte da grande iniciativa #MovingWhatMatters da Uber, que doará 10 milhões de viagens e entregas de alimentação durante a crise do coronavírus.

A violência doméstica mereceu especial atenção por parte da sociedade durante o longo período de isolamento social e de crise económica resultante da pandemia de Covid-19, uma vez que muitas vítimas estiveram na presença constante dos seus agressores.



RECITAL SOLIDÁRIO COM JORGE MOYANO | 30 ANOS APAV

10 DE JULHO 2020

PROGRAMA

SEXTA
21:30

SALA PRINCIPAL
M6
10 €

COMPRAR BILHETE



Assinalando o 30º aniversário da APAV, o pianista Jorge Moyano apresenta um recital no Theatro Circo em Braga. Jorge Moyano irá interpretar obras de Chopin, Liszt e Gershwin. O espetáculo tem um cariz solidário e o valor dos bilhetes reverte para a APAV, para o apoio às vítimas de crime e violência. Através da música, a APAV brinda a tod@s os que têm partilhado o trabalho e a dedicação destes 30 anos.

Duração prevista: 1h10

Aumentam pedidos de ajuda de idosos à APAV nos Açores

🕒 15 de Junho, 2020



Em 2019, houve um aumento do número de pedidos de ajuda por parte de idosos à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos Açores. A informação foi avançada pela gestora do Gabinete da APAV em Ponta Delgada.

Raquel Rebelo, em entrevista, à Atlântida, em pleno Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, afirma que este aumento se deve a vários fatores.



Segundo a responsável, a violência psicológica é a queixa mais frequente apresentada pelos idosos.



Na maioria, as vítimas são mulheres, com idades entre os 65 e os 80 anos.

No que diz respeito aos agressores, Raquel Rebelo revela que a maior parte é familiares, embora, também, haja cuidadores formais e informais.

A gestora do Gabinete da APAV de Ponta Delgada refere que a associação tem apostado num conjunto vasto de ações de sensibilização e de formações junto da população, bem como de profissionais. Sublinhou, ainda, que quando lhes chegam situações de casos de violência, "acionam os recursos da comunidade que possam apoiar a pessoa idosa", explicando que estas situações de vitimação provocam danos, "não só psicológicos ou físicos", mas também "de saúde e sociais", daí ser importante "o trabalho em rede".

Raquel Rebelo apelou para que a população continue a pedir ajuda, ressaltando que deve prestar atenção se a pessoa idosa está a manifestar algum comportamento diferente do habitual.

Esta data foi proposta pela INPEA – International Network for Prevention of Elder Abuse (Rede Internacional para a Prevenção dos Maus-Tratos a Idosos), com o objetivo de alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno.

Fonte: Rádio Atlântida

Portugal Mais Velho em destaque na revista *Miscellanea*

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lançou hoje o número 10 da sua revista científica *Miscellanea*, inteiramente dedicado à temática do envelhecimento e da violência sobre os idosos, no quadro do projeto Portugal Mais Velho, desenvolvido em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian.



© Isabel Pinto

A revista, lançada por ocasião do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Violência contra as Pessoas Idosas, inclui 10 artigos científicos e de reflexão produzidos por académicos, profissionais de saúde, de apoio social e da área do Direito, que complementam o trabalho de reflexão que tem sido feito, desde janeiro de 2019, no âmbito do *Portugal Mais Velho*.

Com este projeto, a Fundação Gulbenkian e a APAV procuram compreender o fenómeno da violência sobre os idosos, recorrendo à auscultação de 80 profissionais de áreas diversas, 39 pessoas idosas que vivem em diferentes contextos e geografias e 4 cuidadores e cuidadoras familiares que prestam cuidados a pessoas idosas. As suas experiências, conhecimentos e testemunhos deram origem a 30 recomendações e a um relatório final que serão pontos de partida para um futuro trabalho de prevenção do fenómeno.

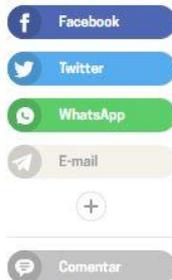
O relatório e as 30 recomendações serão apresentadas no Seminário final do projeto *Portugal Mais Velho*, que se realiza no dia 1 de outubro de 2020, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Governo quer criar residências de apoio para idosas vítimas de violência doméstica

Número de atendimentos da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica duplicou nas semanas de confinamento. Entre estes, mais de mil eram de mulheres com mais de 65 anos.

Por TSF com Lusa
15 Junho, 2020 • 08:47

PARTILHAR



© Photo by Chastagner Thierry on Unsplash

O Governo quer criar três estruturas residenciais para idosas que sejam vítimas de violência doméstica depois de, nas semanas de confinamento, a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica ter duplicado o número de atendimentos para mais de cinco mil. Entre estes, mais de mil eram de mulheres com mais de 65 anos.

A estratégia passa por ter uma estrutura no Norte, outra no Centro e outra no Sul, avança o **jornal Público**. Estas residências fazem parte de um novo modelo, específico para mulheres com mais de 65 anos, e delas farão também parte equipas preparadas para lidar com vítimas de violência doméstica especialmente vulneráveis em função da idade.

A fase de testes deste novo modelo arranca com três residências de 40 vagas cada, sem que esteja definido um tempo máximo de estadia.

Ao Público, a secretária de Estado para a Igualdade e Cidadania, Rosa Monteiro, explicou que esta ideia surgiu após ter sido detetado que as mulheres com mais de 65 anos carecem de uma resposta específica em situações desta natureza, tendo em conta os dados da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

A média de atendimentos (presenciais e telefónicos) passou de 2500 para 4530 entre 11 e 24 de maio. O volume manteve-se na quinzena seguinte.

De acordo com os dados, entre 13 de abril e 07 de junho, houve 1171 atendimentos a mulheres dessa faixa etária. Ao mesmo tempo, 11 entraram em estruturas de acolhimento.

APAV concorda

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) concorda com a necessidade de criar espaços para acolher as vítimas, e apoiar a sua autonomia. "A violência contra pessoas mais velhas tem aumentado em grau e visibilidade nos últimos anos", explica Daniel Cotrim, da APAV.

Sobre as mulheres, sobretudo com mais de 65, Daniel Cotrim considera que a criação de respostas é necessária. "Não se pode dizer a mulheres desta idade que procurem emprego", explica sobre o processo de autonomização das vítimas de violência doméstica.

Sobre a influência direta do confinamento e da crise pandémica no número de casos de violência doméstica, Daniel Cotrim considera que a fase crítica de pedidos de ajuda vai agora começar. "Estamos a viver ainda um período de tranquilidade aparente. O maior número de pedidos de apoio no âmbito da violência doméstica vai começar agora e durar até ao fim do ano"

A resposta da tutela

Na sequência da situação, a secretaria de Estado para a Igualdade e Cidadania anunciou o lançamento destes três projetos-pilotos que não serão estruturas de emergência, nem casas-abrigo.

As primeiras estão pensadas para acolher vítimas de violência doméstica até 15 dias (no máximo, 30 dias) e as segundas até seis meses (no máximo de um ano).

Rosa Monteiro disse também que as estruturas de emergência tentam ajudar as vítimas a restabelecer o equilíbrio emocional e psicológico, as casas-abrigo têm também de as ajudar "a tornarem-se autónomas".

As estruturas residenciais para idosas terão 40 vagas cada uma e terão equipas preparadas para lidar com vítimas de violência doméstica vulneráveis em função da idade.

"Ainda não está definido (...). A ideia é que não haja um prazo. Vamos lançar estes três pilotos para perceber a metodologia adequada", disse a secretária de Estado.

Rosa Monteiro não adiantou que verba está em causa.

"Estamos a fechar. São consórcios com municípios e organizações da sociedade civil", refere, sem dizer quais.

De acordo com a secretária de Estado, foi encontrado financiamento na reprogramação dos fundos comunitários.

"Usarão verbas destinadas à recuperação do edificado, no âmbito dos programas operacionais regionais. O funcionamento resultará de acordos de cooperação com a Segurança Social", disse.



#Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa

15.06.20, PiiCiE Mora



O Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa tem lugar a **15 de junho**.

A data foi criada em 2006 pelas Nações Unidas e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, tendo como objetivos refletir numa questão social sensível e acabar com a violência contra a pessoa idosa.

Numa sociedade cada vez mais envelhecida (serão 1,2 mil milhões de pessoas com mais de 60 anos em 2025), os idosos são esquecidos e sujeitos a maus-tratos físicos e psicológicos, quer pelas suas famílias, quer pelos serviços de acolhimento ou pela sociedade em geral.

Todos os anos se registam vários casos de abuso contra os idosos e muitos mais acontecem em silêncio, sem conhecimento público. Parar os abusos verbais, emotivos, financeiros e corporais e promover a integração e o bem-estar do idoso são os desafios lançados pela celebração desta data.

Neste dia a ONU relembra também que a discriminação etária é uma grave violação dos Direitos Humanos, exigindo o empenhamento dos governos, das instituições e da população para mudar a situação.

A APAV tem vindo a alertar a sociedade portuguesa para a realidade ainda obscura da violência praticada contra as pessoas idosas. Segundo dados do Eurostat, Portugal será um dos Estados-Membros da União Europeia com maior percentagem de pessoas idosas e menor percentagem de população ativa em 2050. A Organização Mundial de Saúde (OMS) receia que este aumento, associado a uma certa quebra de laços entre as gerações e ao enfraquecimento dos sistemas de proteção social, venha a agravar as situações de violência.

A APAV apresenta uma campanha de sensibilização, com o mote "Olhar para o lado é ser cúmplice deste crime".

A violência sobre pessoas idosas aumentou mais de 30% nos últimos anos.*

Olhar para o lado é ser cúmplice deste crime.

Não desvalorize, ligue 116 006 (dias úteis, das 09h às 21h).

* Estatísticas APAV | Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência 2013-2016

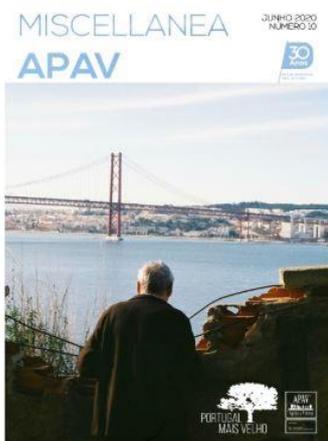
Dia Internacional de sensibilização sobre a violência contra pessoas idosas

16 de Junho de 2020 • [helenabonzinho](#)

O dia 15 de Junho assinala o Dia Internacional de Sensibilização sobre a violência contra pessoas idosas. Partilhamos a edição especial da Revista **Miscelânea** da APAV dedicada à temática do envelhecimento e da violência sobre as pessoas idosas.

Esta revista foi desenvolvida no âmbito do projeto **Portugal Mais Velho**, uma parceria entre a **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima** e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Consulte [aqui](#) todos os artigos.



24/06: Exposição APAV – 30 Anos pelos Direitos das Vítimas

© 19 Junho, 2020 0

No dia 24 de junho, quarta-feira, inaugura-se no auditório da FJS a exposição “30 Anos pelos Direitos das Vítimas”, no âmbito das comemorações do 30.º aniversário da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

A exposição, que reúne um conjunto de campanhas de sensibilização marcantes, promovidas pela APAV ao longo da sua história, será inaugurada às 18h30, no dia 24 de junho.

Confirme a sua presença na inauguração através do email: mkt@apav.pt. A APAV e a Fundação José Saramago cumprem todas as regras de saúde pública.



A exposição estará patente na Fundação José Saramago (Casa dos Bicos), em Lisboa, até dia 8 de Julho.

PORTUGAL

Campanhas marcantes da APAV reunidas em exposição

Fundação José Saramago acolhe exposição dedicada às campanhas mais marcantes desenvolvidas pela APAV. Iniciativa celebra os 30 anos da associação portuguesa

BY JULIANA BATISTA 21 DE JUNHO, 2020

The poster is set against a dark red background. At the top left is the APAV logo with the tagline 'Apoio à Vítima'. To its right is a '30 Anos' anniversary logo with the text 'PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS'. The main title 'EXPOSIÇÃO 30 ANOS PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS' is prominently displayed in white. Below the title is a grid of 15 small posters from various campaigns, including titles like 'PROCURO NOVOS DONOS', 'ESTA É A FOTO QUE O PAI DO AMORÉ VOU PARO O EXPOR NO MUNDO DA PORNOGRAFIA INFANTIL', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO', 'COMO É A TUA PREENSÃO DE UM DIA TI UM OUTO'. At the bottom right is the logo of the 'Fundação José Saramago'. At the bottom left, there are three icons: a face with a mask, a car with a seatbelt, and a hand holding a heart, with text: 'USO OBRIGATORIO DE MÁSCARA', 'N.º DE LUGARES LIMITADOS', and 'A APAV E A FUNDAÇÃO JOSÉ SARAGAMO CUMPREM TODAS AS REGRAS DE SAÚDE PÚBLICA'.

A exposição '30 Anos pelos direitos das vítimas' é inaugurada na próxima quarta-feira, 24 de junho, pelas 18h30, na Fundação José Saramago, em Lisboa. A mostra constitui uma forma de celebração do 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A exposição "reúne um conjunto de campanhas de sensibilização marcantes, promovidas pela APAV ao longo da sua história", explica a própria associação portuguesa, em comunicado. As pessoas interessas em participar na inauguração da mostra devem manifestar essa intenção através do envio de um email para o endereço eletrónico mkt@apav.pt.

Os organizadores da iniciativa adiantam que "cumrem todas as regras de saúde pública", com vista à contenção da atual pandemia. A exposição poderá ser conhecida na Fundação José Saramago, também conhecida como Casa dos Bicos, em Lisboa, até 8 de julho. O espaço encontra-se aberto de segunda a sexta-feira das 11h00 às 17h00. Aos sábados, a Casa dos Bicos abre entre as 10h00 e as 18h00.

30 Anos pelos Direitos das Vítimas

24 JUNHO | 18,30 H. | LISBOA

No âmbito das comemorações do 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Fundação José Saramago vai acolher a exposição **30 Anos pelos Direitos das Vítimas**. Esta exposição reúne um conjunto de campanhas de sensibilização marcantes, promovidas pela APAV ao longo da sua história.

Confirme a sua presença na inauguração através do email: mkt@apav.pt.

A exposição estará patente na Fundação José Saramago (Casa dos Bicos), em Lisboa, até dia 8 de Julho.

Exposição APAV “30 Anos pelos Direitos das Vítimas”

• 3 semanas

🔥 200



APAV
Apoio à Vítima

30 Anos
PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS

EXPOSIÇÃO
30 ANOS
PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS

APAV
f Fundação José Saramago

USO OBRIGATORIO DE MÁSCARA
N.º DE LUGARES LIMITADOS
A APAV E A FUNDAÇÃO JOSÉ SARAGAMO CUMPREM TODAS AS REGRAS DE SAÚDE PÚBLICA

No âmbito das comemorações do 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Fundação José Saramago vai acolher a exposição “30 Anos pelos Direitos das Vítimas”. Esta exposição reúne um conjunto de campanhas de sensibilização marcantes, promovidas pela APAV ao longo da sua história.

A exposição será inaugurada no dia 24 de Junho, às 18h30 e estará patente na Fundação José Saramago – Casa dos Bicos, no Campo das Cebolas, em Lisboa, até ao dia 8 de Julho, de Segunda a Sexta das 11h às 17h e aos Sábados das 10h às 18h.

A FORMA DO JAZZ

Jazz, improvisação e outras músicas por Nuno Catarino

22 JUNE, 2020 BY NUNOCATARINO

Theatro Circo acolhe recital solidário 30 Anos APAV

APAV 30 Anos Apoio à Vítima

RECITAL SOLIDÁRIO
JORGE MOYANO

10 DE JULHO
21H30

10 07

THEATRO
CIRCO, BRAGA
BILHETES 10€
REVERTE PARA A APAV
THEATROCIRCO.COM

USO OBRIGATORIO DE MÁSCARA
N.º DE LUGARES LIMITADOS
A ARRIV CLASSE TODAS AS REGRAS DE SAÚDE PÚBLICA
APOIO THEATRO CIRCO
ANTENA 2
CREATIVE LENORM

No âmbito das comemorações do 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o Theatro Circo em Braga vai acolher um recital solidário com o pianista Jorge Moyano, no dia 10 de Julho às 21h30. O pianista vai interpretar obras de Chopin, Liszt e Gershwin. Através da música, a APAV brinda a todos/as que têm partilhado o trabalho e a dedicação destes 30 anos. A bilheteira reverte para a APAV e os bilhetes estão disponíveis online e na bilheteira do teatro (10€). Os bilhetes estão disponíveis na [Bilheteira Online](#).

Partilhar:





Atualidade

Minho

Braga recebe recital solidário comemorativo dos 30 anos da APAV com Jorge Moyano

📅 23/06/2020 👤 Redação 0 Comentários 📌 APAV, Braga, Concerto, Jorge Moyano, Theatro Circo

No âmbito das comemorações do 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o Theatro Circo em Braga vai acolher um recital solidário com o pianista Jorge Moyano, no dia 10 de Julho às 21h30.

O pianista vai interpretar obras de Chopin, Liszt e Gershwin. Através da música, a APAV brinda a todos/as que têm partilhado o trabalho e a dedicação destes 30 anos.

A bilheteira reverte para a APAV e os bilhetes estão disponíveis online e na bilheteira do teatro (10 euros). A lotação da sala foi limitada, a APAV e o Theatro Circo cumprem todas as regras de saúde pública.



BRAGA RECEBE RECITAL SOLIDÁRIO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Braga TV 3 semanas atrás Cultura

Comentários fechados em Braga recebe recital solidário contra a violência doméstica



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima vai organizar um recital solidário para assinalar o seu 30.º aniversário, cuja receita reverterá para apoiar as vítimas de crime e violência.

O pianista Jorge Moyano vai apresentar-se no Teatro Circo a 10 de julho, às 21h30, onde irá interpretar obras de Chopin, Liszt e Gershwin.

Os bilhetes custam 10 euros e podem ser adquiridos na bilheteira do Teatro Circo.

Em tempos de crise, o apoio dos nossos leitores é fundamental para garantir que a Braga TV continue a ser um canal de informação de referência na região. Apoie [aqui](#).

Recital solidário com Jorge Moyano para comemorar os 30 anos da APAV

23/06/2020 às 11:01

No âmbito das comemorações do 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o Teatro Circo em Braga vai acolher um recital solidário com o pianista Jorge Moyano, no dia 10 de Julho às 21h30.

O pianista vai interpretar obras de Chopin, Liszt e Gershwin. Através da música, a APAV brinda todos os que têm partilhado o trabalho e a dedicação destes 30 anos.

A bilheteira reverte para a APAV e os bilhetes estão disponíveis online e na bilheteira do teatro (10 euros). A lotação da sala foi limitada, a APAV e o Teatro Circo referem que cumprem todas as regras de saúde pública.

© e-Global Notícias em Português

Prémio APAV para o Jornalismo



Quarta, 24 Junho 2020 14:40



Até ao final do mês de Junho estão abertas as candidaturas ao [Prémio APAV para o Jornalismo](#).

Este Prémio, que conta com o apoio do El Corte Inglés, é atribuído anualmente à melhor peça jornalística que, no ano anterior (neste caso em 2019) tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

Poderão assim concorrer a este prémio trabalhos jornalísticos desenvolvidos nas categorias de imprensa, rádio, televisão, jornalismo digital e ilustração/cartoon, sendo que apenas serão consideradas as peças jornalísticas publicadas/ divulgadas em Portugal.

Segundo a organização, o [Prémio APAV para o Jornalismo](#) tem como propósito reconhecer a qualidade, a relevância e a importância do jornalismo em Portugal, e consiste na atribuição de um valor pecuniário de 1.500 euros e um troféu da autoria do designer Gonçalo Falcão.

As candidaturas deverão ser submetidas on-line através de [formulário](#) disponível no sítio electrónico da APAV.

PORTUGAL

APAV apela a políticas públicas contra o anticiganismo

Organismo português lembra que os comportamentos discriminatórios são "altamente impactantes" para a comunidade cigana

BY JULIANA BATISTA 24 DE JUNHO, 2020



Foto: Rúben Gál

O Dia Nacional do Cigano é celebrado esta quarta-feira, 24 de junho. Numa mensagem destinada a assinalar a data, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lembra que a comunidade cigana "enfrenta níveis extremos de exclusão social e é afetada por preconceito, intolerância e discriminação".

O organismo português recorda neste dia que os crimes de ódio são "frequentemente praticados contra" a comunidade cigana, que é a "maior minoria étnica na Europa". Com o objetivo de acabar com este problema, a APAV apela à criação de "políticas públicas contra o anticiganismo", assim como o combate aos "estereótipos erradamente atribuídos à comunidade cigana".

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta para o "impacto dos comportamentos discriminatórios e de violência motivados por características identitárias", que são "altamente impactantes para as vítimas e para a comunidade onde estas se inserem".



SOCIEDADE 25 de junho 2020

APAV questiona estatuto para crianças vítimas de violência doméstica e autora da petição esclarece questão

“Devo dizer que considero estranha esta posição porque o autor das declarações, manifestou pessoalmente toda a simpatia pela iniciativa”, afirmou ao SOL Francisca de Magalhães Barros, que lançou a petição que conta já com mais de 26 mil assinaturas.



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, por outro lado não considera que a criação de um estatuto autónomo seja a solução.

"Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei", disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à agência Lusa a propósito dos 30 anos da associação, que se assinalam esta quinta-feira.

Recorde-se que a Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime, na sequência de uma **petição pública**, que atualmente reúne mais de 26 mil assinaturas.

Esta posição do presidente da APAV não deixou de surpreender a autora da petição, a escritora e pintora Francisca de Magalhães Barros, até porque João Lázaro terá manifestado a sua “simpatia” pela iniciativa, que passa exatamente pela aprovação do Estatuto de Vítima a crianças inseridas no contexto de violência doméstica.

“Sabemos como os juristas têm diferentes opiniões. O essencial é que a criança que assista à violência doméstica seja abrangida no estatuto de vítima, pois atualmente a nossa lei só inclui os órfãos”, esclareceu Francisca de Magalhães Barros em declarações ao SOL.

“Mas devo dizer que considero estranha esta posição porque o autor das declarações, manifestou pessoalmente toda a simpatia pela iniciativa”, adiantou a autora da petição, que fez questão de sublinhar que tal posição do presidente da APAV em nada a faz, ou aos restantes subscritores, “mudar de entendimento quanto à questão”.

A petição é também subscrita pela presidente honorária do Instituto de Apoio à Criança, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio - ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Mas para João Lázaro a necessidade da criação de um estatuto autónomo, como defendem os subscritores, não é assim tão evidente.

"Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou 'puxadinhos' de estatutos", disse o responsável, que entende que é preciso "pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça".

João Lázaro defende que mais do que novas leis é necessária "uma clarificação" das que existem, e considera que estão consagradas na legislação "soluções que estão muito longe de serem praticáveis", com "muitos buracos" e omissões de direitos, o que faz parecer que "ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização".

APAV: redução da violência doméstica durante confinamento é uma "tranquilidade aparente"

João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, entende que a proximidade dos vizinhos no confinamento pode explicar a redução do crime de violência doméstica durante o estado de emergência

2020-06-25 08:42

LUSA / CE



Um confinamento muito vigiado, com todos os vizinhos em casa, pode explicar que não se tenha assistido a uma escalada da violência doméstica no período de emergência, admite a APAV, que já nota um regresso à normalidade.

“**Tranquilidade aparente**” foi a expressão usada por João Lázaro para descrever o que se passava em relação à violência doméstica no período do estado de emergência provocado pela pandemia de Covid-19 no que à violência doméstica e aos pedidos de apoio recebidos pela APAV diz respeito, quando há semanas foi recebido em Belém pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para falar sobre a situação.

Em entrevista à Lusa, a propósito dos 30 anos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que esta quinta-feira se assinalam, o presidente da instituição, João Lázaro, disse que mantém a análise feita naquela altura sobre aquela altura, baseando-se num decréscimo de atendimentos na área da violência doméstica, mas sem quantificar, já que os dados exatos estão ainda a ser recolhidos e trabalhados e a APAV apenas costuma divulgar estatísticas via relatório anual.

“**A nossa perceção é que a violência doméstica não disparou, como muitos vaticinaram e aconteceu noutros países**”, disse.

As estatísticas das autoridades policiais que foram sendo divulgadas durante a emergência vão nesse sentido, indicando uma tendência de decréscimo nas queixas.

“**Estávamos à espera de ver a análise estatística do ponto de vista policial o que tinham sido os crimes de ofensas corporais mais graves, e até de homicídio, para ver aí, como aconteceu por exemplo com o pico da crise de 2008, alguma válvula de escape dessa violência tremenda acumulada. Isso não aconteceu. Os homicídios de natureza conjugal não aumentaram, antes pelo contrário. Nesta altura já estamos a ver um regresso à normalidade, quer em termos de pedidos de apoio, quer em termos de visibilidade do fenómeno, quer em termos de fatalidades e de homicídios conjugais**”, disse João Lázaro.

Admitindo que qualquer hipótese de explicação não passa, para já, disso mesmo, uma hipótese – **“Diria que a história deste mês e meio, dois meses, ainda está para ser claramente estudada”** – aventura-se a explicar os números do confinamento com o próprio confinamento, que fechou em casa, vítima e agressores, mas também todos os seus vizinhos.

“ Isso pode, porventura, ter desempenhado um papel de não ter escalado a violência doméstica, pelo menos nesse período. Agora, para o bem e para o mal, essa tendência normalizou-se”, disse.

Em 2019, só as vítimas de violência doméstica representaram 79% dos crimes acompanhados pela APAV, de acordo com os dados da associação.

São mais de 80 as tipologias de crime acompanhadas pela APAV, mas a imagem de associação que apoia vítimas de violência doméstica predomina, como o confirmam as estatísticas dos atendimentos. Uma preponderância que não é limitativa para o trabalho da APAV, mas sim reflexo de uma crescente preocupação da sociedade com o tema, garante João Lázaro, referindo que a APAV presta apoio nesta área desde a fundação.

Trinta anos de trabalho podem, no entanto, não ser suficientes, e até revertidos num instante. Para João Lázaro este é “um combate que não tem fim”, como demonstram comportamentos polarizados da sociedade, que ao mesmo tempo que revela maior preocupação em dar visibilidade ao tema e em ajudar as vítimas, quebrando ciclos de violência e a ideia de que entre um casal “ninguém mete a colher”, ainda aplaude agressores à porta dos tribunais.

“ Pode não ser um caminho fácil de trilhar, mas existe um sistema que funciona, que está lá para servir quem é vítima de crime e que é possível uma vida sem violência. É uma mensagem que tem que ser renovada todos os dias, também para criar essa intolerância social a esse fenômeno de violência [...] Os últimos anos têm-nos ensinado como sociedade que os avanços dos direitos não é nada de garantido, que é algo que os cidadãos e as organizações da sociedade civil têm que continuar. Essa luta faz-se todos os dias”, afirmou.

A velhos problemas juntam-se novos desafios, trazidos pelo caminho da digitalização, com uma atenção cada vez maior à cibercriminalidade, às violações de privacidade e proteção de dados, mas também trazidos pela evolução etária da sociedade. O envelhecimento trouxe mais violência contra idosos e em 2019, segundo os números da APAV, quatro idosos por dia foram vítimas de violência.

“ É claramente uma das grandes preocupações da APAV enquanto grupo alvo específico de violência e de crime”, admitiu João Lázaro.

Esta é uma área complexa de intervenção, referiu, não só pela dificuldade em chegar às vítimas, mas também pelo perfil dos agressores.

“ Há aqui um elemento que é claramente inibidor de a vítima pedir ajuda, que é o reconhecimento de que o agressor é uma criação sua, é um filho, é um neto. Isso implica desde logo conseguir chegar-se a essa pessoa e conseguir fazer passar a mensagem de que não é uma vergonha ser-se vítima, se há responsabilidade é do agressor, não é da vítima. A vítima de crime uma das primeiras atitudes que tem é autoculpabilizar-se. Isso muitas vezes é mais verdade quando os agressores são carne da nossa carne”, disse.

O caminho, do ponto de vista do presidente da APAV, terá de ser o de uma intervenção no sentido da autonomização e independência e não a abordagem atual, que privilegia a institucionalização, recusando uma visão de “infantilização” dos idosos, que os exclui da tomada de decisões sobre a sua própria vida.

“Essa tem sido de alguma forma a abordagem, através dos maiores acompanhados, a questão é que falta pensar isto como sistema integrado em termos de respostas. Porque os direitos não se anunciam apenas, criam-se condições de políticas públicas para eles poderem realmente ser exercidos e poderem ser verdadeiros numa base diária, sob [pena de] descrédito do próprio sistema”, disse.

João Lázaro não descarta responsabilidades do Estado em crimes como o de abandono, sublinhando que a primeira responsabilidade em termos de contrato social é entre o cidadão e o Estado.

“Cabe também ao Estado criar as condições para que quem cuida possa cuidar, possa ter condições para ser cuidador. Passa por várias medidas, sociais e fiscais. O Estado muita vezes se demite, em vez de promover políticas de autonomização, promove políticas de institucionalização”, afirmou, referindo que algumas dessas opções tiveram consequências, por exemplo, ao nível do impacto da Covid-19.

APAV questiona estatuto autónomo para crianças vítimas de violência doméstica

A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.

“Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei”, disse.

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma petição pública, que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

“ Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a coleccionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou ‘puxadinhos’ de estatutos”, disse João Lázaro, que entende que é preciso “pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça”.

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso **“uma clarificação”** das que existem, referindo que estão consagradas na legislação **“soluções que estão muito longe de serem praticáveis”**, com **“muitos buracos”** e omissões de direitos, o que faz parecer que **“ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização”**.

“ Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas”, disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

“ O direito à informação é um direito basilar e chave de cada vítima poder aceder a todos os outros direitos. Estes direitos de informação e de acesso a serviços de apoio são fundamentais para as pessoas poderem ser capacitadas, poderem ter ajuda e poderem exercer os seus direitos. Nós acreditamos que a qualidade de justiça também se mede pela forma como se reconhece e trata as vítimas de crime”, disse.

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o **“salto qualitativo”** na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja **“uma clara evolução”** nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há **“um longo caminho para se trilhar”**, que retire a vítima de uma situação ainda **“tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista”**.

“ Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento”, disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as “boas intenções” do legislador e provoca “atropelos” à efetividade dos direitos.

Há ainda **“uma característica muito nossa enquanto comunidade”**: a **“grande diferença”** entre o que está legislado, os **“edifícios jurídicos magníficos”** e a sua concretização, **“a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir”**.

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas **“cifras negras”** e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.

PORTUGAL

APAV: Racismo em Portugal tem a subtileza do "português suave"

25.06.2020 08:10 | por Lusa

"Nós temos alguns tabus. Temos uns tabus mais subtis. É os efeitos positivos e negativos do 'português suave'. O nosso racismo muitas vezes é mais subtil", considera presidente da associação.



Um debate sobre o racismo "só pode ser positivo", defende o presidente da APAV, que acha que o racismo em Portugal tem a subtileza do "português suave" e teme que o momento beneficie objetivos totalitários, populistas e pouco democráticos.

RELACIONADO



APAV teme aumento da violência doméstica com prolongar da quarentena



APAV questiona estatuto autónomo para crianças vítimas de violência doméstica



APAV ajudou mais de mil crianças vítimas de violência sexual em quatro anos



APAV: Proximidade dos vizinhos no confinamento pode explicar redução de violência doméstica



Dois em cada três portugueses manifestam racismo, indica estudo europeu

Foram milhares os que saíram às ruas, em Lisboa, Porto e Coimbra, no início do mês, em protesto contra o racismo, motivado sobretudo pela morte do afroamericano George Floyd nos EUA e pela onda de protestos que se lhe seguiu no país, mas "com um pé" na discussão que o país continua a evitar fazer, a da existência de racismo latente na sociedade portuguesa, que invariavelmente leva a uma divisão entre os que acham que ele existe e os que acham o contrário.

Portugal tem receio de debater o racismo? Para o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), João Lázaro, "nós", portugueses, "temos alguns tabus".

"Nós temos alguns tabus. Temos uns tabus mais subtis. É os efeitos positivos e negativos do 'português suave'. O nosso racismo muitas vezes é mais subtil. A nossa discriminação é mais subtil, a própria violência noutras áreas acaba por ser menos exuberante do que noutras latitudes, como sejam os nossos vizinhos de península", afirmou.

Em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação, que hoje se assinalam,

o presidente da APAV entende que "só pode ser positivo haver um debate e uma reflexão alargada, um conhecimento, debate esse que nesta altura existem algumas dificuldades para ser feito sem ser manietado por objetivos mais totalitários e visões mais populistas da sociedade e da sua instrumentalização para objetivos que são muito pouco democráticos".

Para João Lázaro, a manifestação de 6 de junho mostra que "vivemos num mundo em que está tudo polarizado e em que as reações são extremadas", acrescentando que, do ponto de vista da APAV, o importante a valorizar é "o património de direitos humanos", independente da origem e contexto de cada pessoa.

"Reflexão e debate sim, claramente, para a consagração dos direitos humanos ser de conquista em conquista, e não para ser apenas objeto instigante, para um retrocesso de direitos. Há direitos que não se discutem, exatamente porque são direitos humanos", defendeu.

O estado polarizado da sociedade reflete-se no atual quadro político nacional, que passou a integrar no parlamento um partido, o Chega, com um discurso marcadamente hostil em relação a uma etnia específica: os ciganos.

"A nós preocupa-nos porque a discriminação é claramente uma forma de violência. Essa violência discriminatória anda paredes meias com crimes de ódio. Os decisores políticos devem claramente dar o exemplo da integração, da sociedade plural, de não discriminação que deveremos ser todos nós. A nossa história não nos ensina outra coisa que o desfecho não seja esse. Os crimes de ódio, de discriminação, têm vindo a subir e isso é claramente um fator que nos preocupa, quer em termos de prevenção, quer em termos de intervenção", defendeu o presidente da APAV.

É do Chega a iniciativa da próxima manifestação em Lisboa, no sábado, que pretende juntar os que acham que não existe racismo em Portugal, na qual o líder do partido, André Ventura, espera reunir cerca de 1.500 pessoas.

Ventura demarcou-se entretanto do apelo lançado pelo líder da extrema-direita, Mário Machado, que pediu aos seus seguidores que se juntassem à manifestação.



Notícias da Região | Notícias Nacionais

APAV faz hoje 30 anos de vida

Por **Cristina Ferreira** - 25/06/2020

0

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – faz hoje 30 anos de vida. Ao longo destes anos foram ajudadas mais de 320 mil pessoas. E neste dia tão especial para esta instituição o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deixou uma mensagem de agradecimento:



Criada em 1990, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem ajudado familiares e vítimas de uma ampla gama de crimes.

Em entrevista à MundialFM, Natália Cardoso, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra, refere a razão de existir esta associação:



Natália Cardoso fez, ainda, o ponto da situação durante este período de pandemia vivido na cidade de Coimbra:



Os 30 anos da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima não foram esquecidos nesta conversa:



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apoia, atualmente, vítimas de 80 tipos de crimes com destaque para os crimes contra as pessoas. Nesta tipologia, o que se destaca são os crimes de violência doméstica.

APAV questiona estatuto autónomo para crianças vítimas de violência doméstica

Associação completa 30 anos



Há 2 semanas em 25/06/2020

Por Redação



A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.

“Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei”, disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação que hoje se assinalam.

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma petição pública, que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

“Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou ‘puxadinhos’ de estatutos”, disse João Lázaro, que entende que é preciso “pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça”.

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso “uma clarificação” das que existem, referindo que estão consagradas na legislação “soluções que estão muito longe de serem praticáveis”, com “muitos buracos” e omissões de direitos, o que faz parecer que “ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização”.

“Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas”, disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

“O direito à informação é um direito basilar e chave de cada vítima poder aceder a todos os outros direitos. Estes direitos de informação e de acesso a serviços de apoio são fundamentais para as pessoas poderem ser capacitadas, poderem ter ajuda e poderem exercer os seus direitos. Nós acreditamos que a qualidade de justiça também se mede pela forma como se reconhece e trata as vítimas de crime”, disse.

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o “salto qualitativo” na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja “uma clara evolução” nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há “um longo caminho para se trilhar”, que retire a vítima de uma situação ainda “tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista”.

“Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento”, disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as “boas intenções” do legislador e provoca “atropelos” à efetividade dos direitos.

Há ainda “uma característica muito nossa enquanto comunidade”: a “grande diferença” entre o que está legislado, os “edifícios jurídicos magníficos” e a sua concretização, “a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir”.

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas “cifras negras” e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.



Tiago Barquinha

REGIONAL 25.06.2020 18H14

30 ANOS DE APAV. “AS MEDIDAS DE PROTECÇÃO E DE SEGURANÇA EXISTEM. NÃO TEMAM”

A maior parte das queixas está ligada ao crime de violência doméstica.

AS DECLARAÇÕES DE MARTA MENDES, GESTORA DO GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE BRAGA, A PROPÓSITO DA EFEMÉRIDE.



00:00 / 00:00

Ao longo de três décadas, mais de 330 mil pessoas foram apoiadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Os números foram avançados esta quinta-feira pela APAV, no dia em que celebra 30 anos de existência.

Desde a sua fundação, a organização recebeu queixas de vítimas oriundas de 273 dos 304 concelhos que existem em Portugal. No ano passado, nos 64 serviços associados à APAV, registaram-se mais de 54 mil atendimentos.

Em declarações à RUM, a gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga indica que chegam cada vez mais queixas enquadradas nos domínios do cyber-crime, de crimes sexuais e contra a liberdade pessoal. Ainda assim, “a maior parte das denúncias, 79%, continua a ser de violência doméstica”, englobando violência conjugal e no namoro e contra idosos, crianças, cidadãos deficientes e mulheres grávidas.

Marta Mendes explica que a linha de acção da APAV concentra-se num “trabalho multidisciplinar, incluindo apoios de ordem social, psicológico e social”. “É um apoio prático no sentido do encaminhamento dos casos, não só no momento inicial - o da denúncia -, mas também ao longo e após o processo-crime”

Para a responsável local da APAV, as vítimas têm à sua disposição “serviços de apoio suficientes que possibilitam a activação dos seus direitos”. “Eles estão plasmados. As medidas de protecção e de segurança existem. Não temam”, acrescenta.

APAV considera que estatuto de vítimas deve ser revisto, em especial para crianças



A associação faz hoje 30 anos.

No dia em que a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - faz 30 anos de vida, o presidente diz que há legislação suficiente, em especial a nível europeu, mas é preciso que a lei seja aplicada de forma clara.

João Lázaro considera por outro lado que o estatuto das vítimas deve ser revisto e ter em conta o tipo de crime, em especial para crianças que podem ser vítimas ou testemunhas desse crime, mas têm sempre de ser reconhecidas como tal.

- **Metade das crianças do mundo sofre violência sexual física ou psicológica**
- **Tribunal dos Direitos Humanos condena França por ter falhado ao proteger criança morta pelos pais**

O tema vai ser discutido no Parlamento após ter sido apresentada uma petição pública com mais de 26 mil assinaturas.

APAV pede mais atenção às crianças em cenários de violência doméstica

por Mário Aleixo - RTP



Clarificar a aplicação das leis

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro de 2019 no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

"Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou `puxadinhos` de estatutos", disse João Lázaro, que entende que é preciso "pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça".

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso "uma clarificação" das que existem, referindo que estão consagradas na legislação "soluções que estão muito longe de serem praticáveis", com "muitos buracos" e omissões de direitos, o que faz parecer que "ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização".

Há ainda "uma característica muito nossa enquanto comunidade": a "grande diferença" entre o que está legislado, os "edifícios jurídicos magníficos" e a sua concretização, "a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir".

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas "cifras negras" e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.

APAV questiona estatuto para crianças vítimas de violência doméstica

A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.



06.03 - 25/06/20 POR LUSA
PAÍS VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

[Partilhar](#) [Gosto](#) [Tweetar](#) [Partilhar](#)

"P ara nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei", disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação que hoje se assinalam.

PUB

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma petição pública, que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a

Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

"Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou 'puxadinhos' de estatutos", disse João Lázaro, que entende que é preciso "pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça".

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso "uma clarificação" das que existem, referindo que estão consagradas na legislação "soluções que estão muito longe de serem praticáveis", com "muitos buracos" e omissões de direitos, o que faz parecer que "ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização".

"Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas", disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o "salto qualitativo" na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja "uma clara evolução" nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há "um longo caminho para se trilhar", que retire a vítima de uma situação ainda "tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista".

"Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento", disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as "boas intenções" do legislador e provoca "atropelos" à efetividade dos direitos.

Há ainda "uma característica muito nossa enquanto comunidade": a "grande diferença" entre o que está legislado, os "edifícios jurídicos magníficos" e a sua concretização, "a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir".

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas "cifras negras" e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.



SOCIEDADE

APAV considera que estatuto de vítimas deve ser revisto, em especial para crianças

25.06.2020 às 10h42



A associação faz hoje 30 anos

No dia em que a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - faz 30 anos de vida, o presidente diz que há legislação suficiente, em especial a nível europeu, mas é preciso que a lei seja aplicada de forma clara.

João Lázaro considera por outro lado que o estatuto das vítimas deve ser revisto e ter em conta o tipo de crime, em especial para crianças que podem ser vítimas ou testemunhas desse crime, mas têm sempre de ser reconhecidas como tal.

"Ainda há muito para avançar nos direitos das vítimas de crime"

No dia em que Associação Portuguesa de Apoio à Vítima assinala 30 anos de vida, o presidente da APAV elogia o "salto civilizacional importante" nas últimas três décadas, mas alerta que ainda falta apoio público na defesa de alguns direitos das

Por [Rui Silva](#)

25 Junho, 2020 • 07:26



Mais de 320 mil pessoas foram ajudadas pela APAV ao longo dos últimos 30 anos de existência. Criada em 1990, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem ajudado familiares e vítimas de uma ampla gama de crimes.

Em entrevista à TSF, o presidente da APAV, João Lázaro refere que atualmente a instituição apoia vítimas de 80 tipos de crimes com destaque para os crimes contra as pessoas. Nesta tipologia, o que se destaca são os crimes de violência doméstica.

A cibercriminalidade também assume destaque, dado que é um modo de praticar crimes que já existiam (injúrias ou burlas) mas também pelo impacto que os novos crimes informáticos têm.



Para o dirigente da APAV, ser vítima de crime é hoje muito diferente do que era há 30 anos. Deixou de ser uma "fatalidade com que se tinha de viver" e passou a ser "algo que as pessoas tentam assumir, exercendo os direitos que têm e ultrapassar".

João Lázaro nota uma evolução na forma como a sociedade encara as vítimas de crimes, com mais consciencialização e maior preocupação com o que acontece às pessoas. "Isso é um fenómeno que tem ajudado muito à criação de um sentimento de intolerância social e que passa por um controle social saudável" sobre a criminalidade.

Apesar de Portugal ter "políticas públicas muito avançadas" na proteção de vítimas de violência doméstica ou de tráfico de seres humanos, o presidente da APAV refere que é preciso desenvolver políticas públicas e avançar na proteção das vítimas de outros crimes, sejam eles "um pequeno furto ou um homicídio".

25-06-2020 05:00

: APAV questiona estatuto autónomo para crianças vítimas de violência doméstica (editado)



Autor: Isabel Matos Alves/Pedro Martins



A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.

O conteúdo completo está disponível apenas para Subscritores. [Entrar](#)

SOCIEDADE /
APAV

Seguir

APAV questiona estatuto autónomo para crianças vítimas de violência doméstica

Para a APAV, é essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica, não só quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência.


 Agência Lusa
Texto

25 jun 2020, 16:05



► No contexto europeu, estimam-se 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas
JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.

FEMICÍDIO

Número de ocorrências em Portugal



Fonte: UMAR a 26/03/2020

[Sugestões?](#)

“Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes

apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei”, disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação que hoje se assinalam.

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma petição pública, que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

“ Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou ‘puxadinhos’ de estatutos”, disse João Lázaro, que entende que é preciso “pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça”.

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso “uma clarificação” das que existem, referindo que estão consagradas na legislação “soluções que estão muito longe de serem praticáveis”, com “muitos buracos” e omissões de direitos, o que faz parecer que “ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização”. “Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas”, disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

“ O direito à informação é um direito basilar e chave de cada vítima poder aceder a todos os outros direitos. Estes direitos de informação e de acesso a serviços de apoio são fundamentais para as pessoas poderem ser capacitadas, poderem ter ajuda e poderem exercer os seus direitos. Nós acreditamos que a qualidade de justiça também se mede pela forma como se reconhece e trata as vítimas de crime”, disse.

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o “salto qualitativo” na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja “uma clara evolução” nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há “um longo caminho para se trilhar”, que retire a vítima de uma situação ainda “tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista”.

“Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento”, disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as “boas intenções” do legislador e provoca “atropelos” à efetividade dos direitos.

Há ainda “uma característica muito nossa enquanto comunidade”: a “grande diferença” entre o que está legislado, os “edifícios jurídicos magníficos” e a sua concretização, “a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir”.

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas “cifras negras” e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.

Proximidade dos vizinhos no confinamento pode explicar redução de violência doméstica, diz APAV

Um confinamento muito vigiado, com todos os vizinhos em casa, pode explicar que não se tenha assistido a uma escalada da violência doméstica no período de emergência, admite a APAV, que já nota um regresso à normalidade.

“Tranquilidade aparente” foi a expressão usada por João Lázaro para descrever o que se passava em relação à violência doméstica no período do estado de emergência provocado pela pandemia de Covid-19 no que à violência doméstica e aos pedidos de apoio recebidos pela APAV diz respeito, quando há semanas foi recebido em Belém pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para falar sobre a situação.

João Lázaro, disse que mantém a análise feita naquela altura sobre aquela altura, baseando-se num decréscimo de atendimentos na área da violência doméstica, mas sem quantificar, já que os dados exatos estão ainda a ser recolhidos e trabalhados e a APAV apenas costuma divulgar estatísticas via relatório anual. “A nossa perceção é que a violência doméstica não disparou, como muitos vaticinaram e aconteceu noutros países”, disse.

As estatísticas das autoridades policiais que foram sendo divulgadas durante a emergência vão nesse sentido, indicando uma tendência de decréscimo nas queixas.

“ Estávamos à espera de ver a análise estatística do ponto de vista policial o que tinham sido os crimes de ofensas corporais mais graves, e até de homicídio, para ver aí, como aconteceu por exemplo com o pico da crise de 2008, alguma válvula de escape dessa violência tremenda acumulada. Isso não aconteceu. Os homicídios de natureza conjugal não aumentaram, antes pelo contrário. Nesta altura já estamos a ver um regresso à normalidade, quer em termos de pedidos de apoio, quer em termos de visibilidade do fenómeno, quer em termos de fatalidades e de homicídios conjugais”, disse João Lázaro.

Admitindo que qualquer hipótese de explicação não passa, para já, disso mesmo, uma hipótese — “Diria que a história deste mês e meio, dois meses, ainda está para ser claramente estudada” — aventura-se a explicar os números do confinamento com o próprio confinamento, que fechou em casa, vítima e agressores, mas também todos os seus vizinhos. “Isso pode, porventura, ter desempenhado um papel de não ter escalado a violência doméstica, pelo menos nesse período. Agora, para o bem e para o mal, essa tendência normalizou-se”, disse.

Em 2019, só as vítimas de violência doméstica representaram 79% dos crimes acompanhados pela APAV, de acordo com os dados da associação.

São mais de 80 as tipologias de crime acompanhadas pela APAV, mas a imagem de associação que apoia vítimas de violência doméstica predomina, como o confirmam as estatísticas dos atendimentos. Uma preponderância que não é limitativa para o trabalho da APAV, mas sim reflexo de uma crescente preocupação da sociedade com o tema, garante João Lázaro, referindo que a APAV presta apoio nesta área desde a fundação.

Trinta anos de trabalho podem, no entanto, não ser suficientes, e até revertidos num instante. Para João Lázaro este é “um combate que não tem fim”, como demonstram comportamentos polarizados da sociedade, que ao mesmo tempo que revela maior preocupação em dar visibilidade ao tema e em ajudar as vítimas, quebrando ciclos de violência e a ideia de que entre um casal “ninguém mete a colher”, ainda aplaude agressores à porta dos tribunais.

“ Pode não ser um caminho fácil de trilhar, mas existe um sistema que funciona, que está lá para servir quem é vítima de crime e que é possível uma vida sem violência. É uma mensagem que tem que ser renovada todos os dias, também para criar essa intolerância social a esse fenómeno de violência [...] Os últimos anos têm-nos ensinado como sociedade que os avanços dos direitos não é nada de garantido, que é algo que os cidadãos e as organizações da sociedade civil têm que continuar. Essa luta faz-se todos os dias”, afirmou.

A velhos problemas juntam-se novos desafios, trazidos pelo caminho da digitalização, com uma atenção cada vez maior à cibercriminalidade, às violações de privacidade e proteção de dados, mas também trazidos pela evolução etária da sociedade. O envelhecimento trouxe mais violência contra idosos e em 2019, segundo os números da APAV, quatro idosos por dia foram vítimas de violência.

“É claramente uma das grandes preocupações da APAV enquanto grupo alvo específico de violência e de crime”, admitiu João Lázaro. Esta é uma área complexa de intervenção, referiu, não só pela dificuldade em chegar às vítimas, mas também pelo perfil dos agressores.

“Há aqui um elemento que é claramente inibidor de a vítima pedir ajuda, que é o reconhecimento de que o agressor é uma criação sua, é um filho, é um neto. Isso implica desde logo conseguir chegar-se a essa pessoa e conseguir fazer passar a mensagem de que não é uma vergonha ser-se vítima, se há responsabilidade é do agressor, não é da vítima. A vítima de crime uma das primeiras atitudes que tem é autculpabilizar-se. Isso muitas vezes é mais verdade quando os agressores são carne da nossa carne”, disse.

O caminho, do ponto de vista do presidente da APAV, terá de ser o de uma intervenção no sentido da autonomização e independência e não a abordagem atual, que privilegia a institucionalização, recusando uma visão de “infantilização” dos idosos, que os exclui da tomada de decisões sobre a sua própria vida.

“ Essa tem sido de alguma forma a abordagem, através dos maiores acompanhados, a questão é que falta pensar isto como sistema integrado em termos de respostas. Porque os direitos não se anunciam apenas, criam-se condições de políticas públicas para eles poderem realmente ser exercidos e poderem ser verdadeiros numa base diária, sob [pena de] descrédito do próprio sistema”, disse.

João Lázaro não descarta responsabilidades do Estado em crimes como o de abandono, sublinhando que a primeira responsabilidade em termos de contrato social é entre o cidadão e o Estado.

“Cabe também ao Estado criar as condições para que quem cuida possa cuidar, possa ter condições para ser cuidador. Passa por várias medidas, sociais e fiscais. O Estado muitas vezes se demite, em vez de promover políticas de autonomização, promove políticas de institucionalização”, afirmou, referindo que algumas dessas opções tiveram consequências, por exemplo, ao nível do impacto da Covid-19.

Racismo em Portugal tem a subtileza do “português suave”

Um debate sobre o racismo “só pode ser positivo”, defende o presidente da APAV, que acha que o racismo em Portugal tem a subtileza do “português suave” e teme que o momento beneficie objetivos totalitários, populistas e pouco democráticos.

Foram milhares os que saíram às ruas, em Lisboa, Porto e Coimbra, no início do mês, em protesto contra o racismo, motivado sobretudo pela morte do afroamericano George Floyd nos EUA e pela onda de protestos que se lhe seguiu no país, mas “com um pé” na discussão que o país continua a evitar fazer, a da existência de racismo latente na sociedade portuguesa, que invariavelmente leva a uma divisão entre os que acham que ele existe e os que acham o contrário.

Portugal tem receio de debater o racismo? Para o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, “nós”, portugueses, “temos alguns tabus”.

“ Nós temos alguns tabus. Temos uns tabus mais subtis. É os efeitos positivos e negativos do ‘português suave’. O nosso racismo muitas vezes é mais subtil. A nossa discriminação é mais subtil, a própria violência noutras áreas acaba por ser menos exuberante do que noutras latitudes, como sejam os nossos vizinhos de península”, afirmou.

João Lázaro entende que “só pode ser positivo haver um debate e uma reflexão alargada, um conhecimento, debate esse que nesta altura existem algumas dificuldades para ser feito sem ser manietado por objetivos mais totalitários e visões mais populistas da sociedade e da sua instrumentalização para objetivos que são muito pouco democráticos”.

Para João Lázaro, a manifestação de 6 de junho mostra que “vivemos num mundo em que está tudo polarizado e em que as reações são extremadas”, acrescentando que, do ponto de vista da APAV, o importante a valorizar é “o património de direitos humanos”, independente da origem e contexto de cada pessoa.

“Reflexão e debate sim, claramente, para a consagração dos direitos humanos ser de conquista em conquista, e não para ser apenas objeto instigante, para um retrocesso de direitos. Há direitos que não se discutem, exatamente porque são direitos humanos”, defendeu.

O estado polarizado da sociedade reflete-se no atual quadro político nacional, que passou a integrar no parlamento um partido, o Chega, com um discurso marcadamente hostil em relação a uma etnia específica: os ciganos.

“ A nós preocupa-nos porque a discriminação é claramente uma forma de violência. Essa violência discriminatória anda paredes meias com crimes de ódio. Os decisores políticos devem claramente dar o exemplo da integração, da sociedade plural, de não discriminação que deveremos ser todos nós. A nossa história não nos ensina outra coisa que o desfecho não seja esse. Os crimes de ódio, de discriminação, têm vindo a subir e isso é claramente um fator que nos preocupa, quer em termos de prevenção, quer em termos de intervenção”, defendeu o presidente da APAV.

É do Chega a iniciativa da próxima manifestação em Lisboa, no sábado, que pretende juntar os que acham que não existe racismo em Portugal, na qual o líder do partido, André Ventura, espera reunir cerca de 1.500 pessoas. Ventura demarcou-se entretanto do apelo lançado pelo líder da extrema-direita, Mário Machado, que pediu aos seus seguidores que se juntassem à manifestação.

Notícias | Atualidade

APAV QUESTIONA ESTATUTO AUTÓNOMO PARA CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

APAV DEFENDE QUE UMA CRIANÇA DEVE SER CONSIDERADA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA QUANDO É EXPOSTA AO CRIME.



Agência Lusa

25 Junho 2020, 07:51

Partilhe no Facebook



Partilhe no Twitter



A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.

"Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei", disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação que hoje se assinalam.

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma petição pública, que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de Feticídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

"Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou 'puxadinhos' de estatutos", disse João Lázaro, que entende que é preciso "pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça".

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso "uma clarificação" das que existem, referindo que estão consagradas na legislação "soluções que estão muito longe de serem praticáveis", com "muitos buracos" e omissões de direitos, o que faz parecer que "ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização".

"Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas", disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

"O direito à informação é um direito basilar e chave de cada vítima poder aceder a todos os outros direitos. Estes direitos de informação e de acesso a serviços de apoio são fundamentais para as pessoas poderem ser capacitadas, poderem ter ajuda e poderem exercer os seus direitos. Nós acreditamos que a qualidade de justiça também se mede pela forma como se reconhece e trata as vítimas de crime", disse.

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o "salto qualitativo" na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja "uma clara evolução" nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há "um longo caminho para se trilhar", que retire a vítima de uma situação ainda "tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista".

"Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento", disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as "boas intenções" do legislador e provoca "atropelos" à efetividade dos direitos.

Há ainda "uma característica muito nossa enquanto comunidade": a "grande diferença" entre o que está legislado, os "edifícios jurídicos magníficos" e a sua concretização, "a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir".

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas "cifras negras" e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.



Proximidade dos vizinhos no confinamento pode explicar redução de violência doméstica - APAV

LUSA

25-06-2020 10:20h

Um confinamento muito vigiado, com todos os vizinhos em casa, pode explicar que não se tenha assistido a uma escalada da violência doméstica no período de emergência, admite a APAV, que já nota um regresso à normalidade.

“Tranquilidade aparente” foi a expressão usada por João Lázaro para descrever o que se passava em relação à violência doméstica no período do estado de emergência provocado pela pandemia de covid-19 no que à violência doméstica e aos pedidos de apoio recebidos pela APAV diz respeito, quando há semanas foi recebido em Belém pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para falar sobre a situação.

Em entrevista à Lusa, a propósito dos 30 anos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que hoje se assinalam, o presidente da instituição, João Lázaro, disse que mantém a análise feita naquela altura sobre aquela altura, baseando-se num decréscimo de atendimentos na área da violência doméstica, mas sem quantificar, já que os dados exatos estão ainda a ser recolhidos e trabalhados e a APAV apenas costuma divulgar estatísticas via relatório anual.

“A nossa perceção é que a violência doméstica não disparou, como muitos vaticinaram e aconteceu noutros países”, disse.

As estatísticas das autoridades policiais que foram sendo divulgadas durante a emergência vão nesse sentido, indicando uma tendência de decréscimo nas queixas.

“Estávamos à espera de ver a análise estatística do ponto de vista policial o que tinham sido os crimes de ofensas corporais mais graves, e até de homicídio, para ver aí, como aconteceu por exemplo com o pico da crise de 2008, alguma válvula de escape dessa violência tremenda acumulada. Isso não aconteceu. Os homicídios de natureza conjugal não aumentaram, antes pelo contrário. Nesta altura já estamos a ver um regresso à normalidade, quer em termos de pedidos de apoio, quer em termos de visibilidade do fenómeno, quer em termos de fatalidades e de homicídios conjugais”, disse João Lázaro.

Admitindo que qualquer hipótese de explicação não passa, para já, disso mesmo, uma hipótese – “Diria que a história deste mês e meio, dois meses, ainda está para ser claramente estudada” – aventura-se a explicar os números do confinamento com o próprio confinamento, que fechou em casa, vítima e agressores, mas também todos os seus vizinhos.

“Isso pode, porventura, ter desempenhado um papel de não ter escalado a violência doméstica, pelo menos nesse período. Agora, para o bem e para o mal, essa tendência normalizou-se”, disse.

Em 2019, só as vítimas de violência doméstica representaram 79% dos crimes acompanhados pela APAV, de acordo com os dados da associação.

São mais de 80 as tipologias de crime acompanhadas pela APAV, mas a imagem de associação que apoia vítimas de violência doméstica predomina, como o confirmam as estatísticas dos atendimentos. Uma preponderância que não é limitativa para o trabalho da APAV, mas sim reflexo de uma crescente preocupação da sociedade com o tema, garante João Lázaro, referindo que a APAV presta apoio nesta área desde a fundação.

Trinta anos de trabalho podem, no entanto, não ser suficientes, e até revertidos num instante. Para João Lázaro este é “um combate que não tem fim”, como demonstram comportamentos polarizados da sociedade, que ao mesmo tempo que revela maior preocupação em dar visibilidade ao tema e em ajudar as vítimas, quebrando ciclos de violência e a ideia de que entre um casal “ninguém mete a colher”, ainda aplaude agressores à porta dos tribunais.

“Pode não ser um caminho fácil de trilhar, mas existe um sistema que funciona, que está lá para servir quem é vítima de crime e que é possível uma vida sem violência. É uma mensagem que tem que ser renovada todos os dias, também para criar essa intolerância social a esse fenómeno de violência [...] Os últimos anos têm-nos ensinado como sociedade que os avanços dos direitos não é nada de garantido, que é algo que os cidadãos e as organizações da sociedade civil têm que continuar. Essa luta faz-se todos os dias”, afirmou.

A velhos problemas juntam-se novos desafios, trazidos pelo caminho da digitalização, com uma atenção cada vez maior à cibercriminalidade, às violações de privacidade e proteção de dados, mas também trazidos pela evolução etária da sociedade. O envelhecimento trouxe mais violência contra idosos e em 2019, segundo os números da APAV, quatro idosos por dia foram vítimas de violência.

“É claramente uma das grandes preocupações da APAV enquanto grupo alvo específico de violência e de crime”, admitiu João Lázaro.

Esta é uma área complexa de intervenção, referiu, não só pela dificuldade em chegar às vítimas, mas também pelo perfil dos agressores.

“Há aqui um elemento que é claramente inibidor de a vítima pedir ajuda, que é o reconhecimento de que o agressor é uma criação sua, é um filho, é um neto. Isso implica desde logo conseguir chegar-se a essa pessoa e conseguir fazer passar a mensagem de que não é uma vergonha ser-se vítima, se há responsabilidade é do agressor, não é da vítima. A vítima de crime uma das primeiras atitudes que tem é autculpabilizar-se. Isso muitas vezes é mais verdade quando os agressores são carne da nossa carne”, disse.

O caminho, do ponto de vista do presidente da APAV, terá de ser o de uma intervenção no sentido da autonomização e independência e não a abordagem atual, que privilegia a institucionalização, recusando uma visão de “infantilização” dos idosos, que os exclui da tomada de decisões sobre a sua própria vida.

“Essa tem sido de alguma forma a abordagem, através dos maiores acompanhados, a questão é que falta pensar isto como sistema integrado em termos de respostas. Porque os direitos não se anunciam apenas, criam-se condições de políticas públicas para eles poderem realmente ser exercidos e poderem ser verdadeiros numa base diária, sob [pena de] descrédito do próprio sistema”, disse.

João Lázaro não descarta responsabilidades do Estado em crimes como o de abandono, sublinhando que a primeira responsabilidade em termos de contrato social é entre o cidadão e o Estado.

“Cabe também ao Estado criar as condições para que quem cuida possa cuidar, possa ter condições para ser cuidador. Passa por várias medidas, sociais e fiscais. O Estado muitas vezes se demite, em vez de promover políticas de autonomização, promove políticas de institucionalização”, afirmou, referindo que algumas dessas opções tiveram consequências, por exemplo, ao nível do impacto da covid-19.

APAV

Racismo em Portugal tem a subtileza do "português suave"

Isabel Alves, Lusa
25 Junho 2020 às 09:52



COMENTAR

TÓPICOS

Nacional

APAV

Racismo



Um debate sobre o racismo "só pode ser positivo", defende o presidente da APAV, que acha que o racismo em Portugal tem a subtileza do "português suave" e teme que o momento beneficie objetivos totalitários, populistas e pouco democráticos.

Foram milhares os que saíram às ruas, em Lisboa, Porto e Coimbra, no início do mês, em protesto contra o racismo, motivado sobretudo pela morte do afro-americano George Floyd nos EUA e pela onda de protestos que se lhe seguiu no país, mas "com um pé" na discussão que o país continua a evitar fazer, a da existência de racismo latente na sociedade portuguesa, que invariavelmente leva a uma divisão entre os que acham que ele existe e os que acham o contrário.

Portugal tem receio de debater o racismo? Para o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), João Lázaro, "nós", portugueses, "temos alguns tabus". "Temos uns tabus mais subtis. É os efeitos positivos e negativos do 'português suave'. O nosso racismo muitas vezes é mais subtil. A nossa discriminação é mais subtil, a própria violência noutras áreas acaba por ser menos exuberante do que noutras latitudes, como sejam os nossos vizinhos de península", afirmou.

Em entrevista à agência Lusa, a propósito dos 30 anos da associação, que se assinalam esta quinta-feira, o presidente da APAV entende que "só pode ser positivo haver um debate e uma reflexão alargada, um conhecimento, debate esse que nesta altura existem algumas dificuldades para ser feito sem ser manietado por objetivos mais totalitários e visões mais populistas da sociedade e da sua instrumentalização para objetivos que são muito pouco democráticos".

Para João Lázaro, a manifestação de 06 de junho mostra que "vivemos num mundo em que está tudo polarizado e em que as reações são extremadas", acrescentando que, do ponto de vista da APAV, o importante a valorizar é "o património de direitos humanos", independente da origem e contexto de cada pessoa.

"Reflexão e debate sim, claramente, para a consagração dos direitos humanos ser de conquista em conquista, e não para ser apenas objeto instigante, para um retrocesso de direitos. Há direitos que não se discutem, exatamente porque são direitos humanos", defendeu.

O estado polarizado da sociedade reflete-se no atual quadro político nacional, que passou a integrar no parlamento um partido, o Chega, com um discurso marcadamente hostil em relação a uma etnia específica: os ciganos.

"A nós preocupa-nos porque a discriminação é claramente uma forma de violência. Essa violência discriminatória anda paredes meias com crimes de ódio. Os decisores políticos devem claramente dar o exemplo da integração, da sociedade plural, de não discriminação que deveremos ser todos nós. A nossa história não nos ensina outra coisa que o desfecho não seja esse. Os crimes de ódio, de discriminação, têm vindo a subir e isso é claramente um fator que nos preocupa, quer em termos de prevenção, quer em termos de intervenção", defendeu o presidente da APAV.

É do Chega a iniciativa da próxima manifestação em Lisboa, no sábado, que pretende juntar os que acham que não existe racismo em Portugal, na qual o líder do partido, André Ventura, espera reunir cerca de 1.500 pessoas.

Ventura demarcou-se entretanto do apelo lançado pelo líder da extrema-direita, Mário Machado, que pediu aos seus seguidores que se juntassem à manifestação.

Racism in Portugal has the subtlety of “soft Portuguese”

25/06/2020

PORTUGAL SOCIETY



A debate on racism “can only be positive”, defends the president of APAV, who thinks that racism in Portugal has the subtlety of “soft Portuguese” and fears that the moment will benefit totalitarian, populist and undemocratic objectives.

Thousands took to the streets, in Lisbon, Porto and Coimbra, at the beginning of the month, in protest against racism, motivated mainly by the death of African American George Floyd in the USA and by the wave of protests that followed him in the country, but “with one foot” in the discussion that the country continues to avoid, that of the existence of latent racism in Portuguese society, which invariably leads to a division between those who think it exists and those who think the opposite.

Read more in Portuguese at [PLATAFORMA](#)

Este artigo está disponível em: [Português](#)

ACTUALITÉS DU PORTUGAL

L'APAV remet en question le statut autonome des enfants victimes de violence domestique



«Pour nous, il a toujours été essentiel que l'enfant soit considéré comme une victime de violence domestique. Non seulement, bien sûr, lorsque vous êtes victime et premier destinataire de cette violence, mais aussi lorsque vous êtes exposé à cette violence. Notre question est qu'il y a un manque de vision intégrée du point de vue législatif des différents types de victimes, des différents types de droits et qu'il n'y a souvent que la législation du moment, de l'élan, et que cela, en dernière analyse, cela finit par rendre la loi moins opérationnelle », a déclaré le président de l'APAV, João Lázaro, dans une interview à Lusa sur les 30 ans de l'association qui sont actuellement célébrés.

L'Assemblée de la République examinera à nouveau la question du statut de victime autonome de violence domestique pour les enfants exposés à la criminalité par le biais d'une pétition publique, qui compte déjà plus de 26 mille signatures (seulement quatre mille sont nécessaires pour être admis au Parlement).

La pétition est signée par la présidente d'honneur, Manuela Eanes, et l'actuelle présidente, Dulce Rocha, du Child Support Institute, par l'ancien ministre de l'Administration interne Rui Pereira, l'avocat Garcia Pereira, mais aussi par des associations telles que l'Associação Dignidade; Association des parents et amis des victimes de fémicide – ACF, Association des femmes contre la violence, Femmes de Braga, Associação Abraço ou UMAR – Union des femmes Alternative et Réponse.

La discussion pourrait revenir il y a moins d'un an sur le plomb en décembre dernier au Parlement des projets de loi du Bloc de gauche et du PAN en ce sens. En mai de cette année, le Parlement a de nouveau débattu du sujet, concernant la proposition du gouvernement de réviser le régime juridique de prévention de la violence domestique, la question étant en cours de traitement au sein de la spécialité.

Si certains partis se battent pour la création d'un statut autonome, leur besoin ne semble pas évident, comprend João Lázaro, qui défend une autre approche.

«Il est évident pour nous que l'enfant exposé doit être protégé par la loi. Cela doit être, du point de vue de la loi qui protège les victimes de délits et non de commencer à collecter des statuts ou à faire des annexes aux statuts ou à des «pulls» de statuts », a déclaré João Lázaro, qui estime qu'il est nécessaire de « penser aux victimes criminalité selon leurs besoins selon le type de criminalité du point de vue le plus intégré et encore plus holistique du système judiciaire ».

Plus que de nouvelles lois, João Lázaro dit qu'il est nécessaire "une clarification" de celles qui existent, en se référant au fait que "des solutions qui sont loin d'être réalisables" sont inscrites dans la législation, avec "de nombreux trous" et des omissions de droits, ce qui rend il semble que «personne ne semble avoir été très préoccupé par son opérationnalisation».

"Il y a beaucoup de confusion qui ne bénéficie clairement pas d'une application efficace, claire et transparente de la loi pour protéger et garantir les droits pour lesquels ils ont été conçus", a-t-il déclaré.

Plus qu'une législation distincte, qui selon João Lázaro peut être contre-productive, et une analyse au cas par cas des droits des victimes en fonction du crime, l'APAV insiste sur la nécessité d'une approche intégrée, transposée dans le Statut des victimes d'actes criminels, qui doit être révisé et amélioré, pour garantir immédiatement les droits que l'association considère comme essentiels et qui ne sont pas encore garantis, comme le droit à l'information.

«Le droit à l'information est un droit fondamental et essentiel pour chaque victime de pouvoir accéder à tous les autres droits. Ces droits d'information et d'accès aux services de soutien sont fondamentaux pour que les personnes soient autonomisées, puissent avoir de l'aide et pouvoir exercer leurs droits. Nous pensons que la qualité de la justice se mesure également à la manière dont les victimes d'actes criminels sont reconnues et traitées », a-t-il déclaré.

Les conditions de sécurité du pays et l'engagement des forces de sécurité et du ministère public dans cet objectif permettent, de l'avis de João Lázaro, de faire le «saut qualitatif» dans la garantie effective des droits des victimes de la criminalité, mais même s'il existe «une claire évolution »dans ce sens au cours des 30 dernières années, il y a encore« un long chemin à parcourir »qui éloigne la victime d'une situation encore« si marginalisée dans le système, qu'elle reste clairement accusée-centriste ».

«Il y a clairement eu une évolution, nous n'y sommes pas encore arrivés. Si tous les droits sont vraiment réels et appliqués quotidiennement pour toutes les victimes de tous les crimes et pas seulement pour les victimes de certains crimes? Je dirais clairement non, qu'il y a différents stades de développement », a-t-il dit, se référant au fait que la profusion de production législative contredit les« bonnes intentions »du législateur et provoque des« dépassements »de l'efficacité des droits.

Il y a aussi "une caractéristique de nous en tant que communauté": la "grande différence" entre ce qui est légiféré, les "magnifiques édifices juridiques" et sa mise en œuvre, "son efficacité au quotidien, pour les vrais bénéficiaires qui doivent exister".

Dans un contexte européen dans lequel 75 millions de victimes de crimes sont estimées chaque année, avec de nombreuses victimes invisibles, non signalées et non signalées, João Lázaro souligne le rôle d'associations telles que l'APAV pour atteindre les soi-disant «figures noires» et contribuer à les intégrer dans le système, garantissant un soutien et des droits.

IMA // HB

Le contenu de l'APAV remet en question le statut autonome des enfants victimes de violence domestique apparaît pour la première fois à Visão.

Apav Crianças Violência Doméstica Petição

APAV questiona estatuto para crianças vítimas de violência doméstica e autora da petição esclarece questão

• 25/06/2020 16:26:00



Fonte
Jornal SOL

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, por outro lado não considera que a criação de um estatuto autónomo seja a solução.

"Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo

dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei", disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à agência Lusa a propósito dos 30 anos da associação, que se assinalam esta quinta-feira.

Recorde-se que a Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime, na sequência de uma petição pública, que atualmente reúne mais de 26 mil assinaturas.

Esta posição do presidente da APAV não deixou de surpreender a autora da petição, a escritora e pintora Francisca de Magalhães Barros, até porque João Lázaro terá manifestado a sua "simpatia" pela iniciativa, que passa exatamente pela aprovação do Estatuto de Vítima a crianças inseridas no contexto de violência doméstica.

"Sabemos como os juristas têm diferentes opiniões. O essencial é que a criança que assista à violência doméstica seja abrangida no estatuto de vítima, pois atualmente a nossa lei só inclui os órfãos", esclareceu Francisca de Magalhães Barros em declarações ao SOL.

"Mas devo dizer que considero estranha esta posição porque o autor das declarações, manifestou pessoalmente toda a simpatia pela iniciativa", adiantou a autora da petição, que fez questão de sublinhar que tal posição do presidente da APAV em nada a faz, ou aos restantes subscritores, "mudar de entendimento quanto à questão".

A petição é também subscrita pela presidente honorária do Instituto de Apoio à Criança, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio - ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Mas para João Lázaro a necessidade da criação de um estatuto autónomo, como defendem os subscritores, não é assim tão evidente."Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou 'puxadinhos' de estatutos", disse o responsável, que entende que é preciso "pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça".

João Lázaro defende que mais do que novas leis é necessária "uma clarificação" das que existem, e considera que estão consagradas na legislação "soluções que estão muito longe de serem praticáveis", com "muitos buracos" e omissões de direitos, o que faz parecer que "ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização".



r á d i o
i d e i a s

o seu som | a sua música

[Home](#) » [Notícias](#) » [País](#) » APAV, 30 Anos pelos Direitos das Vítimas

APAV, 30 Anos pelos Direitos das Vítimas

25 Junho, 2020 in País by Rádio Ideias



www.apav.pt

Há 30 anos, num contexto de tomada de consciência dos direitos da vítima de crime e com o objetivo de colmatar a inexistência de qualquer estrutura de apoio a esta em Portugal, nasce a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Ao longo de três décadas, celebradas hoje, a instituição transformou desafios em oportunidades, traçou um caminho de esforço e perseverança, consolidou-se como voz ativa na sociedade contribuindo para o seu equilíbrio e pacificação e tornou-se mais ágil e responsável na construção de uma sociedade portuguesa democrática mais justa e solidária.

Desde 1990, o número de vítimas de crime apoiadas pela APAV é cada vez maior: estima-se um universo de mais de 326.000 pessoas. Também o número de crimes e formas de violência para os quais a APAV disponibiliza apoio continua a aumentar, sendo atualmente cerca de 80 – ameaça/coação, pornografia de menores, denúncia caluniosa, crimes contra o património, cibercrime, discriminação, bullying, homicídio, tráfico de pessoas, abuso sexual de crianças, perseguição (stalking), entre outros.

Se os números refletem o trabalho desenvolvido pela instituição ao longo de três décadas, mostram ao mesmo tempo a necessidade premente de alteração das narrativas de violência e de crime que continuam tão presentes na nossa sociedade.

Este trabalho só é possível e só faz sentido com a participação de todos e de todas. A APAV reconhece o contributo daqueles e daquelas que fazem da instituição a sua causa: dos parceiros de longa data àqueles que todos os dias se juntam à nossa missão, dos/as Colaboradores/as aos cerca de 300 Voluntários/as – a verdadeira força motriz da APAV.

“Ao longo de 2020, ano de adaptação a uma nova realidade e a desafios nunca antes encarados pela sociedade contemporânea, celebramos todos os objetivos que já foram alcançados preparando o futuro.

Queremos estar perto de todas as pessoas que precisam da APAV, as que acompanham o trabalho desenvolvido de Norte a Sul do país e as que partilham objetivos e contribuem para a nossa missão.”



ORDEM DOS
ADVOGADOS

APAV considera que estatuto de vítimas deve ser revisto, em especial para crianças

25 DE JUNHO, 2020



APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - faz 30 anos de vida, o presidente diz que há legislação suficiente, em especial a nível europeu, mas é preciso que a lei seja aplicada de forma clara.

João Lázaro considera por outro lado que o estatuto das vítimas deve ser revisto e ter em conta o tipo de crime, em especial para crianças que podem ser vítimas ou testemunhas desse crime, mas têm sempre de ser reconhecidas como tal.

- **Metade das crianças do mundo sofre violência sexual física ou psicológica**
- **Tribunal dos Direitos Humanos condena França por ter falhado ao proteger criança morta pelos pais**

O tema vai ser discutido no Parlamento após ter sido apresentada uma petição pública com mais de 26 mil assinaturas.

Pode ouvir aqui

APAV

APAV questiona estatuto autónomo para crianças vítimas de violência doméstica

N.N./Lusa

25 jun 2020 09:47

Atualidade

Crianças · Violência · Violência doméstica ·
APAV · Direitos das Crianças · Feticídio

A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.



“Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei”, disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação que hoje se assinalam.

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma petição pública, que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de feticídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

“Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou ‘puxadinhos’ de estatutos”, disse João Lázaro, que entende que é preciso “pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça”.

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso “uma clarificação” das que existem, referindo que estão consagradas na legislação “soluções que estão muito longe de serem praticáveis”, com “muitos buracos” e omissões de direitos, o que faz parecer que “ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização”.

“Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas”, disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

“O direito à informação é um direito basilar e chave de cada vítima poder aceder a todos os outros direitos. Estes direitos de informação e de acesso a serviços de apoio são fundamentais para as pessoas poderem ser capacitadas, poderem ter ajuda e poderem exercer os seus direitos. Nós acreditamos que a qualidade de justiça também se mede pela forma como se reconhece e trata as vítimas de crime”, disse.

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o “salto qualitativo” na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja “uma clara evolução” nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há “um longo caminho para se trilhar”, que retire a vítima de uma situação ainda “tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista”.

“Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento”, disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as “boas intenções” do legislador e provoca “atropelos” à efetividade dos direitos.

Há ainda “uma característica muito nossa enquanto comunidade”: a “grande diferença” entre o que está legislado, os “edifícios jurídicos magníficos” e a sua concretização, “a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir”.

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas “cifras negras” e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.

SOCIEDADE - APAV questiona estatuto para crianças vítimas de violência doméstica

Penacova Actual · 13 days ago · apav, João Lázaro, sociedade, violência doméstica

A APAV entende que uma criança deve ser considerada vítima de violência doméstica quando é exposta ao crime e não apenas quando é o destinatário principal da violência exercida, mas criar um estatuto autónomo não é necessariamente a solução.



"Para nós sempre foi essencial que a criança seja considerada uma vítima de violência doméstica. Não só, como é óbvio, quando é vítima e destinatário primeiro dessa violência, mas também quando é exposta a essa violência. A nossa questão prende-se com haver uma falta de visão integrada do ponto de vista legislativo dos vários tipos de vítimas, dos vários tipos de direitos e de haver muitas vezes apenas a legislação do momento, do impulso, e que isso, em última análise, acaba por tornar menos operacional a lei", disse o presidente da APAV, João Lázaro, em entrevista à Lusa a propósito dos 30 anos da associação que hoje se assinalam.

A Assembleia da República voltará a discutir o tema do estatuto de vítima autónoma de violência doméstica para as crianças expostas ao crime por via de uma [petição pública](#), que já conta com mais de 26 mil assinaturas (apenas são necessárias quatro mil para a admissão no parlamento).

A petição é subscrita pela presidente honorária, Manuela Eanes, e a atual presidente, Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, pelo antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, o advogado Garcia Pereira, mas também por associações como a Associação Dignidade; Associação de familiares e amigos/as de Vítimas de femicídio- ACF, Associação Das Mulheres Contra A Violência, Mulheres De Braga, Associação Abraço ou a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

A discussão pode regressar menos de um ano passado sobre o chumbo em dezembro passado no parlamento de projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PAN nesse sentido. Já em maio deste ano o parlamento voltou a debater o tema, a propósito da proposta do Governo para rever o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, estando a matéria a ser trabalhada em sede de especialidade.

Se alguns partidos se batem pela criação de estatuto autónomo, a sua necessidade não parece evidente, entende João Lázaro, que defende outra abordagem.

"Para nós é óbvio que a criança exposta deve ser protegida pela lei. Deve ser, de um ponto de vista da lei que proteja as vítimas de crime e não de começarmos a colecionar estatutos ou a fazermos anexos de estatutos ou 'puxadinhos' de estatutos", disse João Lázaro, que entende que é preciso **"pensar nas vítimas de crime face às suas necessidades conforme o tipo de crime do ponto de vista mais integrado, e até mais holístico, do sistema de justiça"**.

Mais do que novas leis, João Lázaro diz que é preciso **"uma clarificação"** das que existem, referindo que estão consagradas na legislação **"soluções que estão muito longe de serem praticáveis"**, com **"muitos buracos"** e omissões de direitos, o que faz parecer que **"ninguém se parece ter preocupado muito com a sua operacionalização"**.

"Há uma grande confusão que claramente não beneficia uma aplicação eficaz, clara, transparente da lei de proteção e garantia dos direitos para os quais foram pensadas", disse.

Mais do que legislação avulsa, que João Lázaro entende que pode ser contraproducente, e análises caso a caso de direitos das vítimas consoante o crime, a APAV insiste na necessidade de um integrado, transposto para o Estatuto das Vítimas de Crime, que deve ser revisto e melhorado, para garantir de forma imediata direitos que a associação considera essenciais e que ainda não estão assegurados, como o direito à informação.

“ O direito à informação é um direito basilar e chave de cada vítima poder aceder a todos os outros direitos. Estes direitos de informação e de acesso a serviços de apoio são fundamentais para as pessoas poderem ser capacitadas, poderem ter ajuda e poderem exercer os seus direitos. Nós acreditamos que a qualidade de justiça também se mede pela forma como se reconhece e trata as vítimas de crime, disse. ”

As condições de segurança do país e o empenho das forças de segurança e do Ministério Público nesse objetivo permite, na opinião de João Lázaro, dar o "salto qualitativo" na garantia efetiva de direitos às vítimas de crime, mas ainda que haja "uma clara evolução" nesse sentido nos últimos 30 anos, ainda há "um longo caminho para se trilhar", que retire a vítima de uma situação ainda "tão marginalizada no sistema, que continua a ser claramente arguido-centrista".

"Houve claramente uma evolução, não chegámos lá ainda. Se todos os direitos são realmente verdade e quotidianamente efetivados para todas as vítimas de todos os crimes e não só para as vítimas de alguns crimes? Diria claramente que não, que há estádios diferentes de desenvolvimento", disse, referindo que a profusão de produção legislativa contraria as **"boas intenções"** do legislador e provoca "atropelos" à efetividade dos direitos.

Há ainda **"uma característica muito nossa enquanto comunidade"**: a **"grande diferença"** entre o que está legislado, os **"edifícios jurídicos magníficos"** e a sua concretização, **"a sua efetivação todos os dias, para os beneficiários reais que devem existir"**.

Num contexto europeu no qual se estimam 75 milhões de vítimas de crime todos os anos, com muitas vítimas invisíveis, não declaradas, não registadas, João Lázaro destaca o papel de associações como a APAV para chegar às chamadas "cifras negras" e ajudar a trazê-las para dentro do sistema, garantindo apoio e direitos.



Embaixada EUA & Consulado em Portugal



Celebrando 30 anos de Apoio as Vítimas de Violência

O Embaixador e a Sra. Glass visitaram a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) por ocasião do Dia Internacional da Mulher tendo sido recebidos pelos dirigentes da APAV, Joao Lazaro e Carmen Rasquete. Este ano, a APAV, uma Instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos que apoia e protege vítimas de violência, de ...

[Leia mais»](#)

O Embaixador e a Sra. Glass visitaram a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) por ocasião do Dia Internacional da Mulher tendo sido recebidos pelos dirigentes da APAV, Joao Lazaro e Carmen Rasquete.

Este ano, a APAV, uma Instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos que apoia e protege vítimas de violência, de forma confidencial e gratuita, comemora 30 anos pelos Direitos das Vítimas.



Proximidade dos vizinhos no confinamento pode explicar redução de violência doméstica

por Notícias de Coimbra Junho 25, 2020

Um confinamento muito vigiado, com todos os vizinhos em casa, pode explicar que não se tenha assistido a uma escalada da violência doméstica no período de emergência, admite a APAV, que já nota um regresso à normalidade.



“Tranquilidade aparente” foi a expressão usada por João Lázaro para descrever o que se passava em relação à violência doméstica no período do estado de emergência provocado pela pandemia de covid-19 no que à violência doméstica e aos pedidos de apoio recebidos pela APAV diz respeito, quando há semanas foi recebido em Belém pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para falar sobre a situação.

Em entrevista à Lusa, a propósito dos 30 anos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que hoje se assinalam, o presidente da instituição, João Lázaro, disse que mantém a análise feita naquela altura sobre aquela altura, baseando-se num decréscimo de atendimentos na área da violência doméstica, mas sem quantificar, já que os dados exatos estão ainda a ser recolhidos e trabalhados e a APAV apenas costuma divulgar estatísticas via relatório anual.

“A nossa perceção é que a violência doméstica não disparou, como muitos vaticinaram e aconteceu noutros países”, disse.

As estatísticas das autoridades policiais que foram sendo divulgadas durante a emergência vão nesse sentido, indicando uma tendência de decréscimo nas queixas.

“Estávamos à espera de ver a análise estatística do ponto de vista policial o que tinham sido os crimes de ofensas corporais mais graves, e até de homicídio, para ver aí, como aconteceu por exemplo com o pico da crise de 2008, alguma válvula de escape dessa violência tremenda acumulada. Isso não aconteceu. Os homicídios de natureza conjugal não aumentaram, antes pelo contrário. Nesta altura já estamos a ver um regresso à normalidade, quer em termos de pedidos de apoio, quer em termos de visibilidade do fenómeno, quer em termos de fatalidades e de homicídios conjugais”, disse João Lázaro.

APAV | 30 Anos pelos Direitos das Vítimas

25 JUNHO 2020

NACIONAIS



Há 30 anos, num contexto de tomada de consciência dos direitos da vítima de crime e com o objetivo de colmatar a inexistência de qualquer estrutura de apoio a esta em Portugal, nasce a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Ao longo de três décadas, celebradas hoje, a instituição transformou desafios em oportunidades, traçou um caminho de esforço e perseverança, consolidou-se como voz ativa na sociedade contribuindo para o seu equilíbrio e pacificação e tornou-se mais ágil e responsável na construção de uma sociedade portuguesa democrática mais justa e solidária.

Desde 1990, o número de vítimas de crime apoiadas pela APAV é cada vez maior: estima-se um universo de mais de 326.000 pessoas. Também o número de crimes e formas de violência para os quais a APAV disponibiliza apoio continua a aumentar, sendo atualmente cerca de 80 – ameaça/coação, pornografia de menores, denúncia caluniosa, crimes contra o património, cibercrime, discriminação, bullying, homicídio, tráfico de pessoas, abuso sexual de crianças, perseguição (stalking), entre outros.

Se os números refletem o trabalho desenvolvido pela instituição ao longo de três décadas, mostram ao mesmo tempo a necessidade premente de alteração das narrativas de violência e de crime que continuam tão presentes na nossa sociedade.

Este trabalho só é possível e só faz sentido com a participação de todos e de todas. A APAV reconhece o contributo daqueles e daquelas que fazem da instituição a sua causa: dos parceiros de longa data àqueles que todos os dias se juntam à nossa missão, dos/as Colaboradores/as aos cerca de 300 Voluntários/as – a verdadeira força motriz da APAV.

Ao longo de 2020, ano de adaptação a uma nova realidade e a desafios nunca antes encarados pela sociedade contemporânea, celebramos todos os objetivos que já foram alcançados preparando o futuro.

Queremos estar perto de todas as pessoas que precisam da APAV, as que acompanham o trabalho desenvolvido de Norte a Sul do país e as que partilham objetivos e contribuem para a nossa missão.

Assinalamos este aniversário privilegiando o universo digital e convidamos todos/as a acompanharem as nossas redes sociais ([Facebook](#), [Instagram](#) e [LinkedIn](#)) para celebrarem connosco.



CIG

COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO

Presidência do Conselho de Ministros

APAV promove conferência **PROVÍTIMAS**: o papel do Ministério Público na promoção dos direitos das vítimas

2020/06/26



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV promove, nos dias 15 e 16 de setembro, a Conferência **PROVÍTIMAS: o papel do Ministério Público na promoção dos direitos das vítimas**.

O evento terá lugar na Culturgest, em Lisboa, e insere-se no âmbito das atividades do projeto PROVÍTIMAS, cofinanciado pela União Europeia e no qual a APAV conta com a parceria nacional da Procuradoria-Geral da República e do Centro de Investigação de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Este evento destina-se a Magistrados e Magistradas do Ministério Público, Juizes e Juizas, outros operadores judiciais, agentes das Forças de Segurança, representantes de organizações da sociedade civil e membros da Academia, constituindo uma oportunidade única para conhecer práticas transnacionais e debater o papel dos serviços do Ministério Público na promoção e garantia dos direitos das vítimas.

Os lugares são limitados. Inscreva-se em: apav.pt/provictims.

Para mais informações, contacte a APAV através de: mkt@apav.pt.

Sofia Ribeiro participa em bazar solidário da APAV

Tiago Firmino

26/06/2020



Sofia Ribeiro vai participar num bazar solidário, este fim-de-semana, no Hall Atelier, em Lisboa, cujas receitas revertem a favor da APAV.

A atriz participa nesta 1ª edição do “hALL Cares”, evento onde irá doar peças exclusivas do seu guarda-roupa e no qual o valor angariado será entregue, a 100%, à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O bazar solidário inclui roupa, calçado e acessórios em segunda mão e tem lugar no Hall Atelier, em Campolide, este sábado e domingo, entre as 10h e as 19h, na Rua Ferreira Chaves, 5A.

Além da missão solidária, esta é também uma iniciativa sustentável, no sentido em que será dada uma nova vida aos artigos já usados.

Sofia Ribeiro junta-se à jornalista Ana Patrícia Carvalho e a blogger Alice Trewinnard.

Atualmente, Sofia Ribeiro está a gravar a nova novela da TVI “Amar Demais”, na qual dá vida à personagem de “Célia”. Deste elenco, fazem também parte Fernanda Serrano, Sérgio Praia, Joaquim Nicolau, Ana Varela, entre outros.

GERADOR



DOMINGO, 28 JUNHO 2020

Recital solidário APAV com Jorge Moyano

Para assinalar o 30.º aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no dia 10 de julho, o Theatro Circo em Braga acolhe um recital solidário com o pianista Jorge Moyano.

Durante o recital serão interpretadas obras de Chopin, Liszt e Gershwin. O pianista português tem atuado em inúmeras orquestras, tais como Gulbenkian, Sinfónica Portuguesa, Nacional do Porto, Metropolitana de Lisboa, Sinfónica de Tóquio, Orquestra de Câmara da Comunidade Europeia, Ensemble Musica Viva, Virtuosi di Kuhmo.

A receita de bilheteira reverterá para a Associação, para apoiar as vítimas de crime e violência. Os bilhetes estão disponíveis na [Bilheteira Online](#).

Texto de Bárbara Dixe Ramos
Cartaz do Recital

PORTUGAL

Recital solidário apoia vítimas de crime

O pianista Jorge Moyano vai subir ao palco do Theatro Circo, em Braga, para interpretar peças de Chopin, Liszt e Gershwin, e reunir fundos para a APAV

BY JULIANA BATISTA 29 DE JUNHO, 2020



O Theatro Circo, localizado em Braga, vai ser palco de um recital solidário no próximo dia 10 de julho, a partir das 21h30. O momento musical será protagonizado pelo pianista Jorge Moyano, que vai interpretar obras de Chopin, Liszt e Gershwin.

A receita de bilheteira reverterá para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), uma instituição que apoia as vítimas de crime, suas famílias e amigos, "prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais", e que também contribui para o "aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima", conforme explica o próprio organismo.

O recital solidário constitui uma forma de comemorar o 30.º aniversário da associação portuguesa, celebrando também o trabalho efetuado pela APAV ao longo de três décadas. Como medida de contenção da Covid-19, "a lotação da sala foi limitada". Os organizadores do evento asseguram que serão cumpridas "todas as regras de saúde pública". Os [bilhetes](#) podem ser adquiridos online.



COMISSÃO NACIONAL
DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS
E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

15 Set 2020 - Conferência PROVÍTIMAS

Provítimas: papel do Ministério Público na promoção dos direitos das vítimas

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV irá promover, nos dias 15 e 16 de setembro de 2020 na Culturgest, a Conferência “PROVÍTIMAS: o papel do Ministério Público na promoção dos direitos das vítimas”.

15 e 16 de setembro 2020

Esta Conferência realiza-se no âmbito de um projeto com o mesmo nome, cofinanciado pelo Programa Justiça da União Europeia, e no qual a APAV conta com a parceria nacional da Procuradoria-Geral da República e do Centro de Investigação de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Este evento destina-se a Magistrados e Magistradas do Ministério Público, Juízes e Juízas, outros operadores judiciais, agentes das Forças de Segurança, representantes de organizações da sociedade civil e membros da Academia.

Pode fazer o download dos materiais de divulgação [aqui](#).

Para mais informações contacte mkt@apav.pt.

APAV apresenta relatório estatístico sobre vítimas de homicídio

A VERDADE 30-06-2020

Conheça os dados relativos ao ano de 2019.



A

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou o relatório estatístico sobre as vítimas de homicídio relativo a 2019.

Até ao ano passado, o apoio especializado para estas vítimas, que surgiu em 2013 através da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Terrorismo, apoiou 632 pessoas.

No ano de 2019, foram apoiadas 99 pessoas: 28 na sequência de homicídios tentados e 71 no seguimento de homicídios consumados. A maioria dos/as utentes era do sexo feminino.

Simultaneamente, a atividade do Observatório de Crimes de Homicídio revelou que, em 2019, ocorreram 88 crimes de homicídio em Portugal e 32 portugueses foram mortos no estrangeiro.

Em relação aos 88 crimes de homicídio reportados em 2019 nos Órgãos de Comunicação Social em Portugal, 41 ocorreram em situações de Violência Doméstica, sendo que 26 são relativos a relações de intimidade atuais ou passadas: 22 pessoas de sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Mariana Correia, aluna estagiária da ESEV

APAV aponta “falta de medidas de coacção mais enérgicas” para proteger vítimas

Por Ana Martins Ventura · 30/06/2020

25 visualizações



Números de casos de violência acompanhados pela APAV sobe no Seixal, Almada, Moita, Barreiro, Sesimbra, Santiago do Cacém e Montijo

O relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre os casos de acompanhamento registados em 2019, revela que o distrito de Setúbal inclui 690 dos 11 676 mil casos seguidos por esta entidade em Portugal, dos quais 80% são contra mulheres.

No distrito, embora o concelho de Setúbal apresente uma descida significativa de casos, passando de 194 para 154, em sete concelhos o número de acompanhamentos subiu. Seixal conta com 93 acompanhamentos (+ 9), Almada com 156 (+44) e Moita tem 46 casos (+9). No concelho do Barreiro realizaram-se 78 (+3) acompanhamentos, em Sesimbra 35 (+1), e Santiago do Cacém 8 (+1). No Montijo contabilizaram-se 38 acompanhamentos, mais 8 em relação a 2019. Alcácer do Sal mantém 6 casos. Já os concelhos de Palmela (55), Alcochete (12) e Sines (7) desceram o número de acompanhamentos.

A O SETUBALENSE, Balbina Silva, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Setúbal, refere que, em muitos dos casos de violência “faltam medidas de coacção mais enérgicas, por parte das forças de segurança, para proteger as vítimas”, quando estas finalmente têm coragem para apresentar queixa.

Balbina Silva destaca ainda “debilidades no cruzamento de dados entre PSP [Polícia de Segurança Pública], GNR [Guarda Nacional Republicana, PJ [Polícia Judiciária] e Segurança Social”, motivo pelo qual, “muitas vezes não se conhece a real dimensão de um caso e o número de queixas já realizadas”, seja pelas próprias vítimas ou por terceiros.

Primeiros dados de 2020 apresentam 20 a 30% de casos relacionados com saúde mental

Casos nos quais a resposta médica é também apontada pelas vítimas como “uma lacuna”, principalmente na área da saúde mental.

Na delegação da APAV de Setúbal, entre 20% a 30% dos casos acompanhados envolvem situações de doença mental associada, “seja da parte do agressor ou das vítimas”, que vão ficando debilitadas com as situações de violência a que vivem sujeitas.

“São frequentes os casos em que as vítimas ficam sem rede de protecção, quando as forças de segurança se deparam com agressores inimputáveis, devido a doença mental declarada”, explica Balbina Silva.

Nos casos de doença mental associada a situações de violência, a maioria provém de pessoas com contextos de vida “marcados por consumos de álcool e estupefacientes, que levam ao desenvolvimento de distúrbios”.

No entanto, segundo Balbina Silva, uma das primeiras conclusões sobre os números de 2020, que vão sendo conhecidos, é de que a pandemia trouxe “outro nível de acção e consciência de defesa”, por parte das vítimas de violência. Em especial no que diz respeito a casos de violência doméstica.

Desde que a pandemia começou a ter incidência no concelho de Setúbal, não houve um “aumento global de agressões, mas houve dias de grandes picos em termos de acompanhamentos pedidos ao GAV de Setúbal”, refere Balbina Silva.

Casos que na sua maioria dizem respeito a situações de confinamento e maior isolamento social, “mas, acompanhados de uma consciência mais activa para resolver situações que se repetem desde há algum tempo”. Por outro lado, “os agressores começam a ter sobre si maior pressão da sociedade civil”.

Trinta anos de apoio a vítimas

Em 2020 a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) celebra três décadas de trabalho realizado na tomada de consciência dos direitos da vítima de crime. Desde 1990, até à actualidade, o número de vítimas de crime apoiadas pela APAV é estimado pela associação em mais de 326 mil acompanhamentos

Também o número de crimes e formas de violência para os quais a APAV disponibiliza apoio continua a aumentar, sendo actualmente cerca de 80 a tipologia de situações acompanhadas. “Ameaça/coacção, pornografia de menores, denúncia caluniosa, crimes contra o património, cibercrime, discriminação, bullying, homicídio, tráfico de pessoas, abuso sexual de crianças e perseguição”, fazem parte da lista de casos que a APAV acompanha.

APAV. Violência doméstica na base de 46% dos homicídios ocorridos em 2019

30.08.2020 às 11h14



Rede de Apoio da APAV segue cada vez mais familiares e amigos de vítimas de homicídio. Em 2019, acompanhou 99 novos casos, entre os quais 41 filhos de vítimas. Observatório registou 120 crimes



RAQUEL MOLEIRO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem há sete anos uma Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Vítimas de Terrorismo. O nome diz quase tudo sobre o propósito da estrutura, mas para lá do acompanhamento propriamente dito, os dados recolhidos junto dos utentes permitem traçar anualmente um panorama do homicídio em Portugal - e em 2019, o retrato é claramente marcado pelo impacto da violência doméstica nas motivações para o crime.

No relatório divulgado esta terça-feira, em que são analisados os 62 casos de homicídio em acompanhamento, conclui-se que “52% dos autores de homicídio tentado e 42% dos autores de homicídio consumado” tinham uma relação de intimidade (cônjuges, companheiros, ex-companheiros, namorados ou ex-namorados) ou familiar (pais, mães ou filhos) com a vítima. E, segundo a APAV, foi possível apurar que essa proximidade esteve na origem de quase metade (46%) dos homicídios tentados e consumados. No primeiro caso, 87,5% das vítimas são mulheres, no segundo 66,7%. Em 63% dos casos, o agressor conhecia a vítima e na esmagadora maioria era um homem (há apenas três mulheres homicidas).

Foram esses 62 crimes (44 consumados e 18 na forma tentada), praticados por 71 agressores (três foram cometidos por mais do que uma pessoa), que, no ano passado, levaram até à APAV 99 familiares e amigos de vítimas, e também sobreviventes. A maioria dos pedidos de apoio (71) surge na sequência de homicídios consumados, um absoluto recorde: desde a criação da rede que nunca tinham sido ultrapassados os setenta casos – a média dos últimos seis anos foi, aliás, de 45.

"Os números claramente dispararam, há mais pedidos de apoio de filhos e pais, e de pessoas que assistiram aos crimes. Um crime nunca traz uma só vítima, o sofrimento espalha-se por muita gente. É uma cadeia muito grande", explica Carla Ferreira, responsável pela rede de Apoio da APAV.

A procura de ajuda na sequência de tentativas de homicídio (não consumado) tem vindo no sentido contrário, decrescendo desde 2014, o que atenua o número total de pedidos – ainda assim, desde 2014 que não era tão elevado.

As mulheres são quem mais pede ajuda (63,6%) para ultrapassar a morte de um familiar ou amigo, ou a tentativa de homicídio em que era ela a vítima. Vinte sobreviventes estão a ser acompanhados pela APAV, a que se juntam 41 filhos de vítimas (34 dos quais perderam o pai ou a mãe), 12 pais ou mães, 9 irmãos, entre outros.

Na sequência de tentativas de homicídio, a APAV apoia principalmente sobreviventes – as próprias vítimas (68%) e no caso de homicídios consumados predominam os filhos (49%), os pais (16%) e os irmãos (13%). Ou seja, o apoio é prestado maioritariamente a familiares diretos da vítima.

Os casos são referenciados e encaminhados para a APAV pela Polícia Judiciária, Instituto Nacional de Medicina Legal e INEM, com quem a rede tem protocolos. Em 2019, a PJ referenciou 27,2% de todos os utentes, na sequência de crimes ocorridos nas regiões do Porto, Lisboa e Vale do Tejo, Braga e Madeira. O apoio da rede foi, porém, bastante mais alargado, chegando a 14 dos 18 distritos de Portugal Continental e às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com destaque para o Porto (26), Lisboa (22), Braga e Viseu (8 casos cada). A rede é, aliás, a única resposta de âmbito nacional de apoio a vítimas e familiares de vítimas de homicídio tentado ou consumado.

120 PORTUGUESES ASSASSINADOS

Em 2014, a APAV criou o observatório de imprensa de crimes de homicídio em Portugal e de portugueses mortos no estrangeiro (OCH) - uma compilação semelhante à realizada pela UMAR em relação aos femicídios, mas que aqui se alarga a todos os homicídios independentemente do género da vítima. Inicialmente, a intenção era recolher mais informações sobre os familiares das vítimas de homicídio que a APAV segue, mas depressa se tornou num estudo mais abrangente do fenómeno em Portugal e no estrangeiro, para lá do universo restrito da associação, permitindo visualizar a evolução, dispersão, autores, vítimas, motivações (contexto de violência doméstica, crime patrimonial, motivos familiares, crimes rodoviários, etc), armas usadas, tipo de relação entre vítima e autor, idade e género de vítimas e homicidas.

No ano passado, o Observatório registou o homicídio de 120 portugueses: 88 em Portugal e 32 no estrangeiro, havendo uma "ligeira predominância" de vítimas do sexo masculino, na faixa etária dos 40 aos 49 anos.

Em Portugal, foram assassinados 47 homens e 41 mulheres. Duas eram crianças com menos de 9 anos e 13 tinham mais de 70. Os crimes concentraram-se em Lisboa, Porto, Setúbal e Braga.

No estrangeiro, o maior número de crimes foi registado na Venezuela (6), Angola (5), França (5) e Suíça (4). Predominaram as vítimas do sexo masculino - 27 homens e 5 mulheres, nas faixas etárias dos 30 aos 39 e dos 40 aos 49. Em oito casos, havia ou tinha havido uma relação de intimidade, nove mortes foram crimes patrimoniais e uma pessoa foi vítima de um ataque terrorista - Rui Lucas, 31 anos, morreu no Sri Lanka, quando o hotel onde estava em lua-de-mel foi atacado por radicais islâmicos. A mulher sobreviveu.

SOCIEDADE /
APAV

Seguir

APAV apoiou 99 pessoas na sequência de homicídios tentados ou consumados

No ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apoiou 28 pessoas na sequência de homicídios tentados e familiares e amigos de 71 vítimas de homicídios consumados.


 Agência Lusa
Texto

30 jun 2020, 13:33



► Paralelamente, a atividade do Observatório de Crimes de Homicídio revela, em 2019, a existência de 88 crimes de homicídio em Portugal e 32 portugueses mortos no estrangeiro”, lê-se no documento
MICHAEL M. MATIAS / OBSERVADOR



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou no ano passado 99 pessoas, 28 das quais na sequência de homicídios tentados, anunciou esta terça-feira a organização, que apoiou igualmente familiares e amigos de 71 vítimas de homicídios consumados. As mulheres estiveram em maioria entre os utentes da estrutura de apoio da APAV.

FEMICÍDIO

Número de ocorrências em Portugal



Fonte: UMAR a 26/03/2020

[Sugestões?](#)

O apoio especializado a este tipo de vítimas surgiu em 2013, através da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Terrorismo e, até ao ano transato, apoiou um total de 632 pessoas, indica a associação num relatório estatístico hoje divulgado.

O pico foi atingido em 2014, com 219 pessoas apoiadas, baixando para 90 em 2015. Os anos seguintes mantiveram a tendência decrescente, para os números voltarem a subir entre 2018 e 2019 (de 68 para 99 utentes apoiados).

“Paralelamente, a atividade do Observatório de Crimes de Homicídio revela, em 2019, a existência de 88 crimes de homicídio em Portugal e 32 portugueses mortos no estrangeiro”, lê-se no documento.

A APAV usa dados reportados pela comunicação social em Portugal para dizer que daqueles 88 crimes, quase metade (41) ocorreu em contexto de violência doméstica, sendo que 26 dizem respeito a relações de intimidade atuais ou passadas: 22 mulheres e quatro homens.

Foram feitos 689 atendimentos telefónicos, por escrito ou online, no âmbito da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Vítimas de Terrorismo (RAFAVHT).

No que diz respeito ao perfil dos utentes apoiados, as mulheres estiveram em maioria (57% do total na sequência de homicídio tentado e 66% na sequência de homicídio consumado).

APAV apoiou 99 pessoas vítimas de violência em 2019. Dos 88 homicídios reportados pela Comunicação Social, 41 ocorreram em contexto de Violência Doméstica



Regional | 30 Jun. 2020 | Imprimir

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou o relatório estatístico sobre vítimas de homicídio no ano 2019.

De acordo com o Relatório da APAV, foram apoiadas 99 pessoas, das quais 28 na sequência de homicídios tentados e 71 na sequência de homicídios consumados. A maioria dos utentes era do sexo feminino. Houve ainda 689 atendimentos telefónicos, presenciais, por escrito ou por meio de outras plataformas online.

Paralelamente, a atividade do Observatório de Crimes de Homicídio revela, em 2019, a existência de 88 crimes de homicídio em Portugal e 32 portugueses mortos no estrangeiro.

Dos 88 crimes de homicídio reportados em 2019 nos Órgãos de Comunicação Social em Portugal, 41 ocorreram em contexto de Violência Doméstica, sendo que 26 dizem respeito a relações de intimidade atuais ou passadas: 22 pessoas do sexo feminino e 4 do sexo masculino.

Pode consultar os relatórios [aqui](#) e [aqui](#).

APAV apoiou 99 pessoas na sequência de homicídios tentados ou consumados

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou no ano passado 99 pessoas, 28 das quais na sequência de homicídios tentados, anunciou a organização, que apoiou igualmente familiares e amigos de 71 vítimas de homicídios consumados.

30 de Jun de 2020, 13:18

16 Shares  16    

Autor: Lusa/AO Online

As mulheres estiveram em maioria entre os utentes da estrutura de apoio da APAV.

O apoio especializado a este tipo de vítimas surgiu em 2013, através da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Terrorismo e, até ao ano transato, apoiou um total de 632 pessoas, indica a associação num relatório estatístico hoje divulgado.

O pico foi atingido em 2014, com 219 pessoas apoiadas, baixando para 90 em 2015. Os anos seguintes mantiveram a tendência decrescente, para os números voltarem a subir entre 2018 e 2019 (de 68 para 99 utentes apoiados).

"Paralelamente, a atividade do Observatório de Crimes de Homicídio revela, em 2019, a existência de 88 crimes de homicídio em Portugal e 32 portugueses mortos no estrangeiro", lê-se no documento.

A APAV usa dados reportados pela comunicação social em Portugal para dizer que daqueles 88 crimes, quase metade (41) ocorreu em contexto de violência doméstica, sendo que 26 dizem respeito a relações de intimidade atuais ou passadas: 22 mulheres e quatro homens.

Foram feitos 689 atendimentos telefónicos, por escrito ou online, no âmbito da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Vítimas de Terrorismo (RAFAVHT).

No que diz respeito ao perfil dos utentes apoiados, as mulheres estiveram em maioria (57% do total na sequência de homicídio tentado e 66% na sequência de homicídio consumado).

46% dos homicídios em Portugal foram em contexto de violência doméstica

30.06.2020 12:40 | por Diogo Camilo



Foram registados 88 homicídios no país em 2019. Quase metade, 41, aconteceu em contexto de violência doméstica e 26 diziam respeito a relações de intimidade. Rede de apoio da APAV prestou ajuda a 99 pessoas no ano passado, o maior número de auxílios desde 2014.



Quase metade dos homicídios em Portugal no ano passado ocorreram em contexto de violência doméstica, com 42% dos autores deste tipo de crimes a terem uma relação de intimidade (sendo companheiros ou ex-companheiros) ou familiar (pais, mães, filhos ou netos) com a vítima. Esta é uma das conclusões do [relatório estatístico da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima](#), apresentado esta terça-feira, e que revela que em 2019 foram apoiadas 99 pessoas através da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Terrorismo.

A linha de ajuda foi criada em 2013, com apoio especializado a este tipo de vítimas e, em seis anos, já apoiou 632 pessoas. No ano passado, foram apoiadas 99 pessoas, 28 delas após tentativas de homicídio e 71 na sequência de homicídios. Este é o maior número de pessoas apoiadas pela APAV desde 2014.

Neste relatório sobre Vítimas de Homicídio é revelado que, em 2019, 46% dos homicídios tentados e consumados tiveram origem na proximidade entre vítima e autor do crime. Nas 18 tentativas de homicídio a que a APAV prestou apoio, 87,5% das vítimas são mulheres e na consumação dos 44 crimes que ocorreram este ano, o número desce para 66,7%. Em quase dois em cada três homicídios, o

agressor conhecia a vítima e na grande maioria dos casos era um homem.

De acordo com o Observatório de Crime de Homicídio, existiram 88 crimes de homicídio em Portugal no ano de 2019, além de 32 portugueses mortos no estrangeiro. Destes 88 crimes, quase metade (46,5%) ocorreram em contexto de violência doméstica - 41. Destes, 26 homicídios diziam respeito a relações de intimidade: 22 das vítimas eram mulheres e 4 eram homens.

O distrito que registou o maior número de homicídios consumados foi Lisboa, com 20, seguido de Porto, com 13 e Setúbal, com 12. Os distritos de Portalegre e Viana do Castelo foram os únicos em Portugal que não registaram qualquer homicídio em 2019.